

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DIONÉIA GABRIELI VALK

**DISSUAÇÃO CONVENCIONAL BRITÂNICA: UM ESTUDO DAS MUDANÇAS EM
CAPACIDADES MILITARES NO PÓS-GUERRA FRIA (1980-2000)**

Porto Alegre

2021

DIONÉIA GABRIELI VALK

**DISSUAÇÃO CONVENCIONAL BRITÂNICA: UM ESTUDO DAS MUDANÇAS EM
CAPACIDADES MILITARES NO PÓS-GUERRA FRIA (1980-2000)**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Valk, Dionéia Gabrieli
Dissuasão Convencional Britânica: um Estudo das
Mudanças em Capacidades Militares no Pós-Guerra Fria
(1980-2000) / Dionéia Gabrieli Valk. -- 2021.
73 f.
Orientador: Érico Esteves Duarte.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Dissuasão Convencional. 2. Capacidades
Militares. 3. Mudança Militar. 4. Reino Unido. 5.
Pós-Guerra Fria. I. Duarte, Érico Esteves, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me trazido até aqui e por me guiar no melhor caminho, mesmo quando eu não estava consciente disso. Por seu Espírito, que me sustentou em cada um dos dias dessa jornada.

À minha mãe e ao meu pai, que mesmo sem entenderem sobre o que é o meu trabalho, me apoiaram e incentivaram.

À minha irmã, Dieine Valk, que percorreu a trajetória universitária primeiro e me mostrou que uma universidade federal era o melhor caminho.

Ao professor Érico Duarte, pelos aprendizados nesses quase quatro anos de orientação através da iniciação científica que me transformaram profundamente. Obrigada pela oportunidade de conhecer a academia e admirá-la.

Ao Grupo de Trabalho Astros pela colaboração em pesquisa. Em especial, à Tamiris Santos por sempre estar disposta a ajudar.

À Natália Jardim, pelo companheirismo e por tudo que dividimos nesses anos de curso dentro e fora da sala de aula.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me proporcionou o ensino de excelência e o acesso à formação cidadã. E à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, pela assistência durante todo o período.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que estiveram comigo nesses cinco anos e que contribuíram, cada qual a sua maneira, para minha formação.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre as mudanças nas capacidades militares britânicas entre 1980 e 2000. Mais especificamente, realiza um diagnóstico dessa variável no pós-Guerra Fria, mensurando a maturidade da capacidade militar e apresentando seus efeitos na dissuasão convencional do país. Para isso, parte-se do arcabouço teórico de Brooks & Stanley (2007) e da abordagem de dissuasão convencional proposta por Mearsheimer (1981). A capacidade militar é medida pelo grau em que a organização militar apresenta quatro atributos: interoperabilidade, responsividade, qualidade e proficiência. Esses atributos são diagnosticados em dois períodos, o primeiro ainda durante a Guerra Fria, de 1980 a 1989 e o segundo no pós-Guerra Fria, de 1990 a 2000. A fim de mensurar esses atributos, utiliza-se um modelo analítico que propõe níveis de intensidade para cada um deles, tendo como base um score identificado que vai de zero a cem por cento. O modelo é aplicado nos dois períodos considerados e por meio das capacidades operacionais críveis é possível observar os efeitos na dissuasão convencional. Em linhas gerais, os resultados obtidos indicam que as mudanças em defesa ocorridas no pós-Guerra Fria catalisaram grande parte dos atributos de capacidade militar do país, alterando seu alcance. No âmbito da dissuasão, o amadurecimento das capacidades militares britânicas favoreceu uma melhora na sua postura estratégica para gerar efeito dissuasório. Ainda que a defesa britânica tenha desenvolvido seus atributos militares, contou com níveis de intensidades diferentes em cada um deles. Com isso, não apresentou uma capacidade militar equilibrada, mas capitalizou em alguns atributos mais fortemente do que em outros.

Palavras-chave: Capacidades militares. Mudança militar. Dissuasão convencional. Reino Unido. Pós-Guerra Fria.

ABSTRACT

The present paper deals with the changes in British military capabilities between 1980 and 2000. More specifically, it makes a diagnosis of this variable in the post-Cold War period, measuring the maturity of the military capability and presenting its effects on the conventional deterrence of the country. For that, it starts from the theoretical framework of Brooks & Stanley (2007) and from the conventional deterrence approach proposed by Mearsheimer (1981). Military capability is measured by the degree to which the military organization has four attributes: interoperability, responsiveness, quality and proficiency. These attributes are diagnosed in two periods, the first during the Cold War, from 1980 to 1989 and the second in the post-Cold War, from 1990 to 2000. In order to measure these attributes, an analytical model is used that proposes levels of intensity for each of them, based on an identified score ranging from zero to one hundred percent. The model is applied in the two periods considered and through credible operational capacities it is possible to observe the effects on conventional deterrence. In general, the results obtained indicate that the changes in defense that occurred in the post-Cold War catalyzed a large part of the attributes of the country's military capability, changing the reach. Within the scope of deterrence, the maturation of British military capabilities for the period favored an improvement in its strategic posture for deterrence. Although the British defense developed its military attributes, it had different levels of intensity in each of them. As a result, it did not have a balanced military capability, but it capitalized on some attributes more strongly than on others.

Keywords: Military capabilities. Military change. Conventional deterrence. United Kingdom. Post-Cold War.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Parâmetros de capacidades militares no Reino Unido durante a Guerra Fria	56
Figura 2 - Parâmetros de capacidades militares no Reino Unido no pós-Guerra Fria	59
Figura 3 - Parâmetros de capacidades militares no Reino Unido	60
Figura 4 - Representatividade dos atributos de capacidade militar britânica	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Níveis e scores dos atributos militares	15
Quadro 2 - Indicadores das variáveis de análise	25
Quadro 3 - Classificação das variáveis de efetividade militar	26
Quadro 4 - Atributos militares britânicos na Guerra Fria	55
Quadro 5 - Atributos militares britânicos no pós-Guerra Fria	58
Quadro 6 - Níveis de capacidade militar	60
Quadro 7 - Síntese das capacidades militares britânicas (1980-2000)	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gastos com defesa no Reino Unido (1980-1989)	31
Tabela 2 - Formação das Forças Armadas (1980-1989)	32
Tabela 3 - Gastos com defesa (1990-2000)	43
Tabela 4 - Formação das Forças Armadas (1990-2000)	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PUS	<i>Permanent Under Secretary</i>
MINIS	<i>Management Information System for Ministries and Top Management</i>
MAXIS	<i>Budget System for Administrative Expenditure</i>
MoD	<i>Ministry of Defence</i>
OTAN	<i>Organização do Tratado do Atlântico Norte</i>
RAM	<i>Revolução dos Assuntos Militares</i>
DCS	<i>Defense Costs Study</i>
PJHQ	<i>Permanent Joint Headquarters</i>
JSCSC	<i>Joint Services and Command Staff College</i>
SDR	<i>Strategic Defence Review</i>
JHC	<i>Joint Helicopter Command</i>
JRRF	<i>Joint Rapid Reaction Forces</i>
ACSC	<i>Advanced Command and Staff Course</i>
DCDC	<i>Development, Concepts and Doctrine Centre</i>
NEC	<i>Network Enabled Capability</i>
ARRC	<i>Allied Rapid Reaction Corps</i>
RNR	<i>Royal Navy Reserve</i>
RMR	<i>Royal Marine Reserve</i>
TA	<i>Territorial Army</i>
RAuxAF	<i>Royal Auxiliary Air Force</i>
BMD	<i>British Military Doctrine</i>
DGD&D	<i>Directorate General of Development and Doctrine</i>
AP 3000	<i>Air Publication 3000</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DA DISSUASÃO CONVENCIONAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 DISSUASÃO CONVENCIONAL: DE SIMPLES CONCEITOS A COMPLEXOS MODELOS.....	16
2.1.1 Dissuasão convencional: discussões conceituais.....	17
2.1.2 O convencional e o nuclear: diferenciações.....	18
2.1.3 Abordagens: questões da dissuasão convencional.....	19
2.2 INVESTIGANDO MUDANÇAS NA DISSUASÃO CONVENCIONAL: MODELOS ANALÍTICOS.....	21
2.2.1 Jensen (2016).....	22
2.2.2 Farrell et al. (2013).....	23
2.2.3 Brooks e Stanley (2007).....	24
2.2.4 Modelo analítico empregado.....	26
3 ESTUDO DE CASO: REINO UNIDO NO PÓS-GUERRA FRIA.....	27
3.1. CAPACIDADES MILITARES: CONDICIONANTES E PERSPECTIVA HISTÓRICA (1980-1990).....	27
3.1.1 Interoperabilidade.....	27
3.1.2 Responsividade.....	29
3.1.3 Qualidade.....	30
3.1.4 Proficiência.....	35
3.2 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DE DEFESA E CAPACIDADES MILITARES BRITÂNICAS (1991-2000).....	36
3.2.1 Interoperabilidade.....	37
3.2.2 Responsividade.....	39
3.2.3 Qualidade.....	42
3.2.4 Proficiência.....	48

4 ANÁLISE DAS MUDANÇAS EM DEFESA E AS IMPLICAÇÕES NA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL.....	53
4.1 ANÁLISE QUALITATIVA DO REINO UNIDO NA GUERRA FRIA.....	53
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA DO REINO UNIDO NO PÓS-GUERRA FRIA.....	56
4.3 PERFORMANCE DAS CAPACIDADES MILITARES BRITÂNICAS.....	58
4.4 AS IMPLICAÇÕES NA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL.....	60
4.5 DISSUAÇÃO BRITÂNICA NO PÓS-GUERRA FRIA.....	62
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas são percebidas por seus oponentes com referência ao que tange às suas capacidades, aspecto que forma a construção de ameaça. Dessa forma, a capacidade militar influencia a percepção de ameaça de um adversário, comunicando o que o Reino Unido é capaz de realizar. Os comandos operacionais e Estados Maiores se dedicam, assim, para alcançar uma gama de capacidade potencial visando ampliar a responsividade frente a uma agressão. As capacidades fornecem várias formas de exercer a dissuasão, aumentando os custos calculados pelo oponente (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 2019).

Com o fim da Guerra Fria, ocorreu uma clara distinção na dissuasão realizada por forças convencionais e aquela realizada por forças nucleares. No período pós-Guerra Fria, é possível apontar o ambiente de estabilidade ou de dissuasão de possíveis confrontos como sendo medidos pelas capacidades das forças convencionais. Em um sistema político internacional multipolar e em meio ao crescente aumento da utilização das forças convencionais para operações de manutenção da paz, aumentam os requisitos sobre as capacidades militares. Usar (ou ameaçar usar) tais forças exige uma configuração coerente para atingir os efeitos dissuasórios convencionais (GUERTNER, 2000).

A partir disso, o presente trabalho pretende realizar uma análise do fator de capacidade militar da estratégia de dissuasão convencional da Inglaterra no pós-Guerra Fria. Tendo em vista às alterações nos níveis estratégico, operacional e tático no teatro europeu com a derrocada da União Soviética e a desarticulação do Pacto de Varsóvia, o estudo tem como objetivo observar os rearranjos nacionais em defesa, e as implicações desses nas capacidades de dissuasão convencional do país. Argumenta-se que o caso britânico permite realizar inferências descritivas de maneira a identificar correlações entre o arranjo de capacidades militares e as capacidades dissuasórias convencionais. Com isso, pode ser possível apreciar como esses fatores impactam na estrutura de defesa do país, descobrindo os seus principais limitantes, bem como explorando as oportunidades de desenvolvimento. Mearsheimer (1981) pontua que a credibilidade da dissuasão convencional ocorre por meio da capacidade militar crível que um determinado país possui, postura que faz com que outros países calculem a dificuldade em obter uma vitória rápida. Diante disso, esse estudo analisa a dissuasão convencional britânica por meio do exame das capacidades militares desse país.

Este trabalho visa responder a seguinte questão: qual o estado de maturidade da capacidade militar britânica no período? Uma hipótese preliminar sugere que as transformações em defesa ocorridas catalisaram grande parte dos atributos de capacidade militar do país, alterando seu alcance. Assim, o principal objetivo do estudo é comparar as mudanças em defesa promovidas pelo Reino Unido no período mencionado. Especificamente, os objetivos de análise são: (i) realizar um diagnóstico das capacidades militares britânicas (ii) mensurar a maturidade dessas capacidades militares e (iii) apresentar os efeitos na dissuasão convencional do país.

A capacidade militar pode ser definida como a habilidade de desempenhar uma missão com sucesso. Uma capacidade militar ofensiva, por sua vez, seria a habilidade de derrotar as forças defensivas do inimigo com a maior extensão territorial possível dentro das menores baixas provindas do agressor e no menor tempo. Ao passo que a capacidade militar defensiva seria o inverso disso. As capacidades devem ser consideradas tanto em tempos de paz como em tempos de guerra, mas especialmente a dissuasão é um produto das capacidades militares em tempos de paz (BIDDLE, 2006). Decorrente disso se obtém poder militar quando “através da ameaça ou do uso da força, se consegue paralisar a capacidade alheia de recorrer à força” (MOREIRA, 2010, p. 250).

Com base na abordagem de Brooks e Stanley (2007), as bases da capacidade militar podem ser inferidas segundo quatro atributos: interoperabilidade, responsividade, qualidade e proficiência. Tais atributos fornecem pontos de referência para estimar a capacidade das Forças Armadas. Dessa forma, se as forças possuem altos níveis desses quatro atributos, elas podem ser consideradas detentoras de grande capacidade militar, e diante disso, contariam também com maiores influências no exercício de dissuasão convencional sobre outros países. Com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se chegar a conclusões e resultados quanto aos progressos, transformações e limites da dissuasão convencional britânica.

No marco temporal, ainda que se apresentem significativos antecedentes históricos que auxiliem na análise da mensuração dos parâmetros de capacidades militares, destaque primordial se dá para o fim da Guerra Fria, através dele explorando os anos entre 1990 e 2000. É dentro desse período que são consideradas as mudanças nas capacidades militares do país. Além disso, é necessário ressaltar ainda que o estudo concentra-se em aspectos organizacionais e militares das Forças Armadas como um todo, não restringindo especificamente a abordagem a uma só força. De forma geral, para a realização da pesquisa, será necessária a realização de levantamentos bibliográficos e extensa revisão da bibliografia sobre o tema, além do tratamento do conteúdo e articulação com a teoria. Para tanto, se aplica

uma adaptação da abordagem de Brooks & Stanley (2007) sobre as fontes de efetividade militar, se valendo da aplicação de tal abordagem para os dados obtidos para o Reino Unido no período de análise em questão.

Os novos desenvolvimentos tecnológicos constantes em armas convencionais enfatizam a importância da dissuasão, colocando os países detentores dessas armas em posições salientes e acarretando em decisões mais calculadas feitas por outros países sobre o uso da força (STEARNS-BOLES, 2007). No entanto, para além disso, a relevância desse estudo se constitui por avançar nos temas militares, de paz e guerra, segurança e defesa, propondo uma abordagem mais completa para a análise da dissuasão, em que se pontuam elementos para examinar a capacidade militar de um país. Em grande parte, a literatura disponível considera a capacidade militar vista apenas sob o prisma de recursos materiais. Consequentemente, as análises de dissuasão ficam comprometidas mediante a fragilidade das variáveis utilizadas na representação da capacidade (BIDDLE, 2006). Ainda, conforme buscas feitas em meios de difusão acadêmica, como revistas na área de relações internacionais e nos principais bancos de monografias nacionais, o debate sobre temas voltados para a dissuasão convencional britânica permanece inédito no âmbito da produção intelectual nacional. Dessa forma, por ser pouco explorado, existe uma lacuna na discussão acadêmica sobre o tema.

Em um esforço de classificação das variáveis presentes, a capacidade militar é vista como uma grande variável dependente, enquanto os quatro atributos militares – interoperabilidade, responsividade, qualidade e proficiência – são classificados como variáveis independentes. Os procedimentos utilizados no trabalho serão de natureza comparativa e qualitativa descritiva. Parte-se do emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Em suma, para a execução da pesquisa se usarão dados qualitativos coletados de fontes primárias e secundárias. Para a análise da dissuasão convencional, com os dados coletados, serão realizadas análises comparativas entre os dois períodos estudados. São examinadas as correlações entre as variáveis e os significados dos resultados obtidos. A abordagem teórica de Brooks e Stanley (2007) é aplicada em dois períodos no Reino Unido, na fase final da Guerra Fria de 1980 a 1989 que é utilizada aqui como parâmetro para a análise posterior do período enfoque do trabalho, que é o pós-Guerra Fria de 1990 a 2000. Com tal aplicação, pretende-se chegar aos reflexos britânicos e mudanças que ocorreram no período.

Dentro do modelo qualitativo utilizado neste trabalho, para mensurar a maturidade da capacidade militar britânica, serão atribuídos níveis para cada um dos atributos militares considerados. Como parâmetro, para cada nível há scores que os identificam. Essa relação

pode ser conferida no quadro 1. Os níveis considerados vão de muito baixo a muito alto e seus respectivos scores passam de 0% a 100%. Um nível muito baixo é identificado quando seu score está entre 0% a 10%. O nível baixo sugere um score de 11% a 40%. O nível moderado ocorre quando o score constatado varia entre 41% a 60%. O nível alto é atribuído para scores entre 61% a 80%. Por fim, o nível muito alto sugere um score entre 81% a 100%. Esse recurso de análise será aplicado para cada uma das variáveis independentes nos dois marcos temporais considerados. É necessário destacar que a mensuração desses scores é realizada com base nos dados qualitativos coletados e atribuída com base no peso que detiveram no período.

Quadro 1 - Níveis e scores dos atributos militares

Nível	Score
Muito baixo	0% - 10%
Baixo	11% - 40%
Moderado	41% - 60%
Alto	61% - 80%
Muito Alto	81% - 100%

Fonte: elaboração própria.

Nas páginas seguintes, inicia-se com uma revisão de literatura sobre a dissuasão convencional, considerando os conceitos centrais dentro do tema, sua diferença para a dissuasão nuclear, as linhas de pensamento envolvendo credibilidade, custos contestáveis e complexidade, para depois finalmente abordar sobre os modelos analíticos que podem ser considerados para o estudo da mudança em defesa. Em seguida, já no capítulo três a discussão volta-se para o Reino Unido, quando se apresentam os dados da capacidade militar do país. Primeiramente se aborda os condicionantes e a perspectiva histórica para posteriormente trabalhar de maneira mais aprofundada o pós-Guerra Fria dentro de cada um dos atributos militares britânicos. O capítulo quatro, por sua vez, trata das mudanças em defesa verificadas. Considerando os períodos analisados e os atributos militares ocorre a aplicação do modelo analítico apresentado anteriormente. Além disso, versa sobre o impacto da capacidade militar do Reino Unido sobre a dissuasão convencional do país. Por fim, o arremate da discussão se dá por meio das conclusões apuradas com a análise, momento em que se demonstram as contribuições para a discussão acadêmica vigente.

2 CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No pós-Guerra Fria, e mesmo já durante a Guerra Fria, sucederam melhoras gradativas nas capacidades militares. Durante a Guerra Fria, ainda que as habilidades convencionais tivessem sua parcela de desenvolvimento, grande parte do gasto com defesa era destinado a armas nucleares mais letais. A política da OTAN demonstrava que o Ocidente não percebia as forças convencionais como sendo suficientes sozinhas, mas sim de maneira combinada com as capacidades nucleares. No entanto, as armas nucleares não são eficazes na maioria das circunstâncias militares, pois oferecem pouca variação destrutiva e flexibilidade. O uso de uma resposta de força convencional, por sua vez, é alto, garantindo a credibilidade desse tipo de dissuasão. Em suma, as mudanças no ambiente de segurança nos anos 1990, dentro dos termos de capacidades militares auxiliaram no ganho de força da dissuasão convencional. São mais flexíveis em escala e escopo, mais adaptáveis às mudanças em condições militares e políticas (LICHTENSTEIN, 2002).

Já ao final do ano 2000, em uma década após o fim da Guerra Fria, os avanços em armamentos convencionais ficaram evidentes e elevaram a relevância da dissuasão convencional ao possuírem armas capazes de causarem danos maiores ao oponente e ao poderem realizar ataques cirúrgicos de grande precisão e letalidade. Segundo as concepções tradicionais de abordagem da dissuasão, esses fatores criaram impedimentos confiáveis contra vários tipos e níveis de ameaças no panorama internacional. Certamente as contribuições da dissuasão convencional são mais eficazes em virtude da disponibilidade de armas sofisticadas (LICHTENSTEIN, 2002). No entanto, a presente seção pretende ir além do debate tradicional que normalmente considera a dissuasão somente em termos de recursos e qualidade do material, apresentando inicialmente uma revisão da literatura consultada sobre o tema para depois considerar modelos analíticos mais completos para o estudo da dissuasão.

2.1 DISSUAÇÃO CONVENCIONAL: DE SIMPLES CONCEITOS A COMPLEXOS MODELOS

No imediato pós-Guerra Fria se configuraram transformações quanto à estrutura securitária, geográfica e política das Relações Internacionais. O anterior arranjo bipolar composto pela predominância dos Estados Unidos e da União Soviética em constante disputa estratégica foi substituído pela subsequente clivagem multipolar, que trouxe consigo

consequências também divergentes. Com o final da Guerra Fria, a até então dinâmica internacional que se detinha, se esvai. Um novo caráter de ordenamento internacional se inicia. No âmbito militar, anteriormente se organizava a defesa a partir de uma ameaça clara, sendo um cenário que contribuía para o desenvolvimento da dissuasão. No entanto, quando tal ameaça identificável não existe mais, na fase posterior em um ambiente de conflitos multidimensionais, certamente a dissuasão convencional sofrerá impactos (HARKNETT, 1994).

As seções seguintes visam, a partir de uma revisão bibliográfica, primeiramente clarificar questões referentes à conceituação do fenômeno aqui tratado. Entre diferenças nos tipos de dissuasão, uma sessão específica se dedica à explicação da diferenciação de dissuasão convencional e nuclear. Além disso, busca-se apresentar algumas abordagens para o entendimento do estudo de dissuasão convencional, especificando algumas questões centrais no debate. Por fim, são expostos alguns modelos analíticos para análise da dissuasão convencional.

2.1.1 Dissuasão convencional: discussões conceituais

A dissuasão pode ser considerada, de forma ampla, como a capacidade de convencer um adversário a não iniciar uma ação militar, pois os potenciais custos e riscos da ação podem exceder os benefícios percebidos (MEARSHEIMER, 1981). Para o Reino Unido, por exemplo, estrategicamente a dissuasão é tomada como a condição pela qual o país pode buscar seus objetivos políticos. Em cenários militares, a dissuasão se caracteriza como a utilização da ameaça proporcional de uso da força “para desencorajar alguém de fazer algo, ao convencê-lo de que os custos de suas ações superam quaisquer benefícios possíveis” (HOUSE OF COMMONS DEFENCE COMMITTEE, 2014, p.1).

Diante disso, o caráter dissuasório tende a enfatizar o componente militar, conforme aponta Kugler (2002):

A dissuasão visa exortar potenciais rivais geopolíticos a não se tornarem rivais reais, deixando claro que qualquer conduta malévola sustentada será submetida a xequete [...] envolve pressão militar aplicada com uma luva de veludo, não ameaças grosseiras de guerra e destruição (KUGLER, 2002, p. 2).

Comumente, o poder militar pode ser usado de três maneiras específicas, dissuasão, defesa e *compellence*¹. Essas maneiras se diferenciam quanto às questões de uso da força efetiva ou apenas ameaças de uso da força e aos objetivos mais ativos de interromper ações militares já iniciadas e compelir o oponente a realizar algo ainda não iniciado. Mais passivamente, pode se constituir apenas como o impedimento do oponente, em ele executar uma ação específica (HARVEY, 1997).

O objetivo da dissuasão é, portanto, garantir a inação por meio de um cálculo de custo-benefício que penda negativamente para um provável agressor. Nesse sentido, inserem-se as duas principais formas de dissuasão: por punição ou por negação. A dissuasão por punição se refere aos esforços de infligir custos ao adversário, por exemplo, através da retaliação caso um ataque ocorresse. Já a dissuasão por negação objetiva dificultar os benefícios que o adversário espera obter, convencendo-o que o ataque não traria sucesso (SNYDER, 1961).

2.1.2 O convencional e o nuclear: diferenças

Para Thomas Schelling, a guerra pode ser vista como um “processo de barganha” em que os adversários tentam manipular as expectativas e intenções uns dos outros por meio de ameaças, promessas e ações. Para esse autor, a guerra é vista como a arte da dissuasão, coerção e intimidação. As armas nucleares seriam, então, aptas para a ação punitiva (SCHELLING, 1960). De uma perspectiva histórica, no período da Guerra Fria, a dissuasão convencional tinha pouco espaço frente a dissuasão nuclear – destaque dos esforços do período. A postura dos Estados Unidos contra a União Soviética era baseada em uma espécie de estabilidade fornecida pela doutrina de destruição mútua assegurada, a partir da acumulação de forças nucleares por ambos países. A corrida armamentista por esses países e a estratégia de dissuasão baseando-se na destruição mútua e assegurada deram a tônica do cenário na vigência da Guerra Fria (HARVEY, 1997).

Nesse sentido, vale aclarar as diferenças entre dissuasão convencional e dissuasão nuclear. Grosso modo, pode-se considerar a dissuasão convencional como aquela que envolve

¹ *Compellence* pode ser definida como a capacidade do Estado de constranger ou impor outro Estado à ação. Se difere da dissuasão que é projetada para desencorajar a ação do oponente. Dessa forma, a dissuasão envolveria “montar o cenário” diante de comprometimentos verbais ou táticos, sem um claro prazo de conclusão. Já a *compellence* abarcaria “iniciar uma ação ou assumir um compromisso irrevogável” contando com a resposta do adversário e com uma delimitação temporal para término pré-definida (SCHELLING, 2008, p. 71).

estritamente armas convencionais para seus propósitos (HARVEY, 1997). No glossário das Forças Armadas brasileiras, por exemplo, as armas convencionais são definidas como:

ARMA CONVENCIONAL - Aquela que, quando utilizada, atende a usos e costumes da guerra e por isto não é motivo de contestações. Atualmente não se incluem nesta categoria as armas nucleares, radiológicas, biológicas e químicas, exceto as que produzem fumaça, incendiárias e as utilizadas contra o controle de distúrbios (BRASIL, 2015, p. 36).

Enquanto isso, a dissuasão nuclear se concentra na ameaça do uso de armas nucleares, normalmente abarcando também perfis de armas de destruição em massa (HARVEY, 1997). Conforme apontado pelo *Dictionary of Military and Associated Terms* (2016):

Arma química, biológica, radiológica ou nuclear - Um conjunto totalmente projetado para uso para causar a liberação de um agente químico ou biológico ou material radiológico em um alvo escolhido ou para gerar uma detonação nuclear (UNITED STATES, 2016, p. 30).

Com base nas definições acima, pode-se notar que a distinção entre essas armas não se dá somente pelo grau, mas também por proporções de destruição que estas podem provocar. Além disso, a empregabilidade difere entre ambas, pois, ao contrário das armas convencionais que são comumente usadas no ataque para tomar território, é pouco provável que armas nucleares possam ser utilizadas para essa finalidade. Quanto à defesa, esta consegue ser realizada de maneira efetiva por armas convencionais, o que não acontece com armas nucleares, em que não há capacidades de defesa. Por fim, os resultados finais do emprego de tais armas contrastam entre si. As consequências provenientes da utilização convencional são suportáveis, enquanto a utilização nuclear pode acarretar a destruição da nação (HARVEY, 1997).

Para Thomas Schelling, a guerra pode ser vista como um “processo de barganha” em que os adversários tentam manipular as expectativas e intenções uns dos outros por meio de ameaças, promessas e ações. Para esse autor, a guerra é vista como a arte da dissuasão, coerção e intimidação. As armas nucleares seriam, então, aptas para a ação punitiva (SCHELLING, 1960).

2.1.3 Abordagens: questões da dissuasão convencional

Quando se pensa em dissuasão, logo se deve pensar em um cenário de níveis em que outros países, por exemplo X e Y, creem que determinado país específico, o país Z, tenha capacidades de lhe causar danos. Ou seja, a dissuasão acontece não quando Z julga ser capaz

de ameaçar os demais, mas quando X e Y acreditam que Z tenha essa capacidade. Ou seja, uma das ideias principais na dissuasão é justamente a credibilidade: a qualidade que o país possui de ser acreditado pelos demais. Ou seja, os Estados geralmente imaginavam que “se tivessem uma capacidade militar significativa e fizessem ameaças, o outro lado entenderia a mensagem” (MORGAN, 2003, p. 15). Posteriormente, isso passou a ser reavaliado adequadamente para se atingir uma postura de dissuasão e comunicação eficazes, não somente confiar que o oponente receberia a mensagem, uma vez que a chance de não ocorrer o repasse dessa mensagem era grande. Isso evidencia as facetas que a questão da credibilidade levanta (MORGAN, 2003).

A chance de um ataque ocorrer empregando forças convencionais é realmente credível. Contrastando com a sua contraparte nuclear, no entanto, em que é pouco credível um ataque inicial usando tais forças (BRODIE, 1959). Uma das primeiras conceituações da credibilidade provém do estrategista francês Pierre Gallois, que argumenta que para se ter credibilidade, são necessários dois elementos. É preciso ter meios operacionais militares de qualidade para executá-la e possuir a vontade de realizá-la – o que envolve suportar os custos associados (GALLOIS, 1960). No entanto, nessa visão, a credibilidade seria um produto desses fatores. Mais recentemente, John Stone (2012) aperfeiçoou o desenvolvimento de Gallois, buscando abordar a credibilidade como a soma (e não o produto) de três elementos (em vez de somente dois): vontade política, técnica militar e comunicação (STONE, 2012).

A vontade política retrata a credibilidade na medida em que realizar ameaças não são ações sem riscos, e o uso da força normalmente acarreta custos de alguma dimensão. Aqui reside o ponto de intensidade, já que quanto maiores forem os custos, maiores também serão as dificuldades em convencer os atores envolvidos de que a ameaça pode ser acionada, sendo posta em prática. Relacionado a isso, o uso de capacidades convencionais é credível também, pois respeita os princípios de proporcionalidade e discriminação na guerra, contidos, por exemplo, no Direito Internacional Humanitário. Por sua vez, as considerações de ordem técnica, segundo elemento da credibilidade, se mostram necessárias a partir do temor de custos muito grandes. Não só a qualidade das armas convencionais e os efeitos que elas podem gerar devem ser pensados nesse eixo, mas também o tempo que se levaria para aplicar essas medidas de força, pois abrem margem para capacidades de respostas dos inimigos, com contramedidas eficazes. Por fim, a comunicação serviria para ressaltar a dissuasão, já que as armas convencionais não são tão convincentes por si mesmas, se comparadas às suas contrapartes nucleares. É fundamental comunicar que elas serão seriamente utilizadas caso decidido assim, como e de que maneira, principalmente quando se trata de outras culturas, por

exemplo, essa comunicação precisa ser eficaz (STONE, 2012). Diante disso, o conceito de credibilidade marca o pano de fundo do presente estudo, já que a partir dela que se torna possível averiguar a dissuasão convencional.

Outra linha de pensamento no debate de capacidades dissuasórias se concentra no conceito de custos contestáveis. Frente a uma suposição de guerra usando forças convencionais, o resultado dessa guerra é imprevisível, na medida em que vários fatores podem entrar no balanço, como qualidade e moral das tropas, estrutura de comando e controle, realização de operações conjuntas, diferença na qualidade das armas, bem como estratégias e táticas empregadas (GRAUER, 2016). Assim, é possível se referir a uma contestabilidade das ameaças em dissuasão convencional, pois não pode ser considerada sem levar em conta a capacidade militar do oponente. Portanto, como a batalha seria a fita métrica da eficácia das capacidades convencionais, por mais que elas possam aparentar grande magnitude em geral, especificamente para o alvo da dissuasão, o “dissuadido” pode não perceber de tal forma. É nesse aspecto que os fatores mencionados anteriormente influenciam as percepções, ou seja, se há uma liderança medíocre, uma doutrina falha ou desvantagens logísticas, a capacidade do dissuasor ser verdadeiramente efetivo se vê abalada (WIRTZ, 2018).

Contemporaneamente, um conceito mais aprimorado foi proposto por T. Paul, Patrick Morgan e James Wirtz, se referindo a dissuasão como complexa, em que ela:

Pode ser definida como uma relação de dissuasão ambígua, que é causada por elementos estruturais fluidos do sistema internacional na extensão de que a natureza e os tipos de atores, suas relações de poder e suas motivações não sejam claras, tornando difícil captar e sinalizar ameaças críveis, como nos pressupostos da teoria de dissuasão clássica (PAUL; MORGAN; WIRTZ, 2009, p. 8).

Estruturalmente, a complexidade seria criada por três fatores principais. Em primeiro lugar porque a dissuasão seria uma relação que existiria entre diferentes tipos de atores. Segundo, pois seria uma relação caracterizada por assimetrias de poder. Por fim, a credibilidade da dissuasão pareceria estar significativamente relacionada com as percepções sobre os custos de realizar ou de deter uma ameaça; no entanto, no cenário real as percepções podem se distanciar muito de visões racionais.

2.2 INVESTIGANDO MUDANÇAS NA DISSUASÃO CONVENCIONAL: MODELOS ANALÍTICOS

De forma geral, a produção acadêmica em relações civis-militares adota os parâmetros instaurados por Huntington (1956), em que os estudos se enfocam especialmente nas características de estruturas institucionais e políticas da sociedade em detrimento de características mais voltadas ao âmbito social e organizacional das Forças Armadas (HUNTINGTON, 1956). Em consonância com esse pensamento, Mearsheimer (1981) aponta que as relações civis-militares afetam a estratégia militar que fundamenta a dissuasão convencional (MEARSHEIMER, 1981). O equilíbrio das relações civis-militares, bem como seu oposto, influencia na capacidade combatente. Nos últimos anos, surgiram literaturas que defendiam distintos tipos de arranjos de relações civis-militares produzindo distintas qualidades de avaliação estratégica e capacidade militar. Isso trouxe significativas consequências, pois quando existe descompasso na organização militar e sua respectiva liderança civil, por exemplo, as capacidades de avaliação de ameaças externas podem ser disfuncionais (FEAVER, 2017).

Neste trabalho segue-se primordialmente a abordagem desenvolvida por Mearsheimer (1981). O estudo definidor de dissuasão convencional realizado por Mearsheimer enfocou na eclosão da Segunda Guerra Mundial, o conflito árabe-israelense e as perspectivas de dissuasão na Europa Central. Para Mearsheimer, a dissuasão convencional é mensurada do ponto de vista do país que contempla a guerra. Particularmente, canaliza os fatores que determinam se um agressor em potencial opta ou não pela guerra. A dissuasão será obtida quando a agressão envolver custos e riscos elevados, quando o agressor acreditar que tem baixa probabilidade de sucesso. Como o custo é uma função da velocidade com que o agressor realiza seus objetivos no campo de batalha, a dissuasão provavelmente será obtida se o agressor acreditar que o conflito será de longo prazo (MEARSHEIMER, 1981).

Nessa perspectiva, em uma guerra os tomadores de decisão podem perseguir objetivos militares limitados ou ilimitados. Os objetivos militares ilimitados envolvem destruir decisivamente as forças militares do oponente, tendo duas estratégias que pode guiá-los, atrito e Blitzkrieg. A estratégia de atrito abarca engajar o oponente em várias batalhas, visando exaurir seu potencial. O sucesso depende da habilidade do agressor em desgastar a defesa até que a resistência não seja mais possível. A estratégia de Blitzkrieg visa a paralisia estratégica da defesa. Depende da capacidade do agressor de se mover rapidamente para efetuar uma penetração estratégica, destruindo os principais nós de informação e linhas de comunicação do oponente. Em contrapartida, a estratégia de objetivos militares limitados visa apreender uma parte do território inimigo, derrotando rapidamente suas Forças Armadas. O objetivo é

atacar, tomar território e ir para a defesa no território ocupado, antes que a vítima possa mobilizar suas defesas (MEARSHEIMER, 1981).

Conforme colocado anteriormente sobre as relações civis-militares afetarem a estratégia militar que fundamenta a dissuasão convencional, mais precisamente a viabilidade da estratégia pode ser posta em causa, o que tem implicações relevantes para a dissuasão convencional e é o resultado “da interação de várias forças que transformaram as relações civis-militares, bem como a própria natureza da guerra nos últimos séculos” (MEARSHEIMER, 1981, p. 105). Ainda, para o autor, a dissuasão deve ser considerada a partir das capacidades militares que os países possuem, na medida em que elas influenciam as decisões dos tomadores de decisão em uma situação de ameaça. Nessa perspectiva, as percepções que um país possui de determinada ameaça detêm de um papel menos relevante, já que não é possível determinar o status dessas percepções. Dessa forma, o enfoque maior se dá em capacidades militares (MEARSHEIMER, 1981).

Como o foco do presente trabalho se concentra na dissuasão convencional avaliada a partir das mudanças em defesa, no que segue são apresentadas óticas propostas por alguns autores que utilizam métodos de análise centrados nesses parâmetros.

2.2.1 Jensen (2016)

Em geral, as burocracias são resistentes à mudança, principalmente em tempos de paz na medida em que não contam com um ambiente de incerteza e, em decorrência, não há impulsos iniciais para desenvolver novas rotinas. Em seu estudo sobre o caráter dinâmico da mudança militar, Jensen (2016) argumenta que a mudança militar não é fruto de choques exógenos ou da cultura estratégica, mas sim de como os profissionais militares buscam superar desafios operacionais. A mudança seria “uma função da antecipação, de como os soldados se imaginam lutando em guerras futuras” e assim se desenvolveria uma nova doutrina militar (JENSEN, 2016, p. 32).

A partir disso, o autor delinea dois processos institucionais relacionados ao desenvolvimento de novas formas de guerra, as incubadoras e as redes de *advocacy*. As incubadoras seriam subunidades estabelecidas fora da hierarquia militar, elas seriam mais informais e por isso se teria mais liberdade para “pensar fora da caixa”. É por meio delas, segundo o autor, que se conceberiam e propagariam novas ideias em uma burocracia rígida. Isso aconteceria, pois os profissionais buscariam novas formas de entender os problemas. As redes de *advocacy*, por sua vez, se constituiriam como coalizões de oficiais e civis de defesa

propensos à defesa de iniciativas de reforma. É através delas que as ideias provindas das incubadoras seriam defendidas e difundidas para o restante da instituição. Para que a teoria da vitória possa se expandir por toda a esfera da defesa, se faz necessário a circulação das ideias visando atingir o maior número possível de adeptos civis e militares em variados níveis (JENSEN, 2016).

Dessa forma, incubadoras e redes de *advocacy* demonstram as nuances da implementação da inovação militar, da visão de coalizões dentro da instituição militar e em como elas se legitimam. As ideias emergem das incubadoras são legitimadas pelas redes de *advocacy*, que podem fazer isso utilizando a aprovação de altos escalões e autoridades ou por meio de difusão, buscando aceitação mais ampla. Depois de legitimadas, elas podem se socializar para toda a organização (JENSEN, 2016).

2.2.2 Farrell et al. (2013)

Na proposta analítica de Farrell et al. (2013) desde o final da Guerra Fria, os militares adquiriram ímpetus externos para a mudança em virtude da alteração no ambiente estratégico global com o fim da União Soviética e o aumento da prontidão militar dos países, e também de alterações sócio-tecnológicas a partir da criação dos computadores em rede e da amplitude das guerras expedicionárias. Diante disso, ocorreram desenvolvimentos das forças de prontidão, para que fossem sustentáveis e capazes de se deslocarem facilmente, somado aos novos mecanismos tecnológicos em rede junto da modernização de plataformas militares. No entanto, isso somente seria realmente relevante se ocorresse em conjunto com modificações na concepção de guerra, formulação de doutrina e reconfiguração das estruturas militares (FARRELL et al., 2013).

Por meio de um processo em grande parte heurístico, os autores estudam a transformação militar por meio das inovações militares que influenciam a conduta das forças no teatro operacional, dizendo sobre mudanças e possuindo o intuito de melhorar a capacidade militar. A transformação pode ser considerada como um processo, isto é, um planejamento de força e atuação de várias inovações do ramo que se inter-relacionam de formas diferentes. Assim dizendo, ela não tem um final delimitado. As três inovações consideradas giram em torno de “estruturas de força modulares e novos veículos de peso médio para missões expedicionárias; abordagens de operações mais holísticas e baseadas em efeitos; e rede de forças” (FARRELL et al., 2013, p. 8).

Além desses aspectos, buscando fornecer um exame empiricamente completo do processo de transformação militar, outras quatro variáveis são adicionadas na análise para explicar como os militares inovam: interesses organizacionais, ideias e cultura militar, líderes civis e militares e feedback operacional. Em especial, vale destacar o mecanismo de mudança top-down, já que os líderes podem estar imersos em sua cultura burocrática, não enxergando necessidades de mudanças. Em geral, eles desempenham papel importante com relação a inovações militares (FARRELL et al., 2013).

2.2.3 Brooks e Stanley (2007)

A dinâmica das Forças Armadas junto de instituições civis de defesa pode ser considerada como variável fundamental para a capacidade militar (BROOKS; STANLEY, 2007). O modelo analítico proposto por Brooks e Stanley (2007) considera um conjunto de variáveis que se configuram como requisitos para a capacidade militar. Para consideração desse modelo, é preciso destacar as definições de cada uma das variáveis dependentes, as capacidades operacionais desejadas: (i) interoperabilidade como a capacidade de integrar os níveis estratégico, tático e operacional com sinergia, garantindo consistência em atividades militares e reduzindo ações contra produtivas, (ii) responsividade como a capacidade do Estado de se adaptar a restrições externas e constrangimentos internos, bem como de responder a oportunidades explorando forças e fraquezas próprias, do ambiente e do oponente, (iii) proficiência como a capacidade de assegurar alto nível de habilidade do pessoal militar, realizando tarefas específicas e executando ordens de forma motivada e preparada e (iv) qualidade como a capacidade do Estado de fornecer armamentos e equipamentos de qualidade para suas forças (BROOKS; STANLEY, 2007). Os indicadores que compõem cada uma das variáveis podem ser conferidos no quadro 2.

Quadro 2 - Indicadores das variáveis de análise

Variável	Descrição dos indicadores que compõem
Interoperabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Integração de táticas com objetivos políticos e estratégicos mais amplos ● Integração do sistema de treinamento com conceitos táticos e de qualidade do pessoal ● Apoio dos sistemas logísticos ao envio de forças; a aquisição oferece suporte a conceitos táticos; os planos operacionais apoiam os objetivos estratégicos
Responsividade	<ul style="list-style-type: none"> ● Táticas adaptadas para explorar fraquezas específicas de um adversário ● Modificações na estrutura da força são prontamente feitas em resposta a novas ameaças e desafios ● Os processos de avaliação internos refletem esforços rigorosos para avaliar e analisar a atividade militar
Proficiência	<ul style="list-style-type: none"> ● Tecnologia de assimilação de fluidos ● Soldados e unidades altamente motivados ● Proficiência na execução de doutrina sofisticada
Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Natureza da arma adquirida ● Capacidade de minimizar compensações em mobilidade, poder de fogo, entre outros

Fonte: Elaboração própria. Baseado em Brooks & Stanley (2007).

Quanto mais uma força armada possuir esses requisitos, ou seja, quanto mais interoperável, responsiva, qualificada e proficiente, maior sua capacidade militar como um todo. Isto quer dizer que maiores são as probabilidades de empregar com sucesso seus recursos em situações de guerra e conflito. Dentro do planejamento estratégico de defesa estão os componentes e atividades militares regulares do país, elencados pelas autoras como variáveis independentes. Causando variações nos atributos de efetividade militar estariam as variáveis intervenientes sendo elas a cultura, a estrutura social, as instituições políticas, as relações civis militares, a competição interestatal, as normas globais e as organizações internacionais (BROOKS; STANLEY, 2007). O quadro 3 apresenta as variáveis consideradas pela abordagem.

Quadro 3 - Classificação das variáveis de efetividade militar

Atividades militares	Variáveis independentes	Variáveis dependentes
Processo de avaliação estratégica Aquisição de sistemas Comando e controle estratégico Inteligência Comando e Controle tático Recrutamento, Treinamento e Educação	Cultura organizacional Estrutura Social Instituições Políticas e de defesa Relações Civis Militares Ameaças interestatais Normas globais Organizações Internacionais	Interoperabilidade Responsividade Proficiência Qualidade

Fonte: Brooks & Stanley (2007).

2.2.4 Modelo analítico empregado

Diante dos modelos apresentados acima, pode-se concluir em linhas gerais que Jensen (2016) tem uma proposta mais *bottom-up* e autonomista. Farrell et al. (2013) ainda que não apresente um modelo analítico sólido, aponta algumas variáveis que são úteis para o estudo. Por fim, Brooks e Stanley (2007) abordam a relação entre instituições e capacidade militar em vários atributos militares, por meio de instâncias de relações causais diretas. Por questões de consistência e empregabilidade, neste trabalho optou-se por fazer uma aplicação desse último modelo analítico sobre efetividade militar, ainda que todos os estudos demonstrados por meio desse capítulo possuem suas relevâncias e lacunas que são inevitáveis a qualquer modelo de análise.

3 ESTUDO DE CASO: REINO UNIDO NO PÓS-GUERRA FRIA

Essa seção traz um estudo de caso sobre as capacidades militares do Reino Unido no pós-Guerra Fria. Se inicia apresentando os condicionantes e a perspectiva histórica do país dentro das variáveis apontadas por Brooks e Stanley (2007), para depois salientar cada uma dessas variáveis no período posterior à Guerra Fria, identificando o estado das capacidades militares britânicas no período.

3.1. CAPACIDADES MILITARES: CONDICIONANTES E PERSPECTIVA HISTÓRICA (1980-1989)

Nos anos 80, a natureza e o escopo da segurança internacional eram marcados pelos parâmetros da Guerra Fria. Desde a Segunda Guerra Mundial e com aprofundamento durante a vigência da Guerra Fria, os princípios do Realismo haviam se tornado sobressalentes nas correntes intelectuais de defesa. Assim, o pensamento de segurança do período caracterizou-se pela ideia de segurança nacional, largamente determinada em termos militares. Dentro do viés realista, a ordem bipolar que imperava calcada no equilíbrio entre dois blocos de poder levava a um eficaz sistema de dissuasão que auxiliava a preservar a paz naquele período, mesmo que contassem com o sentimento generalizado de ameaça (PATMAN, 1999).

3.1.1 Interoperabilidade

Desde a Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido adotava uma política de defesa calcada em três pilares que deram a tônica dos esforços durante a Guerra Fria aliados aos Estados Unidos, sendo esses pilares a defesa nacional, o prosseguimento de comunicações marítimas e a contenção do comunismo por meio do Oriente Médio (TAYLOR, 2010). Até 1982, seguia-se uma política de defesa em consonância à OTAN, com o domínio terrestre e aéreo preparados para o bloqueio de alguma invasão da Alemanha Ocidental através de forças convencionais e apoiada junto à dissuasão nuclear (FREEDMAN, 1999).

Em 1981, ocorreu uma revisão de defesa (*Nott Review*) visando a melhor administração de recursos disponíveis juntamente com a manutenção e aprimoramento de estruturas de força. O documento chamado “*The Way Forward*” apresentou quatro aspectos principais que refletiam as prioridades do governo. Tais aspectos abarcavam o cenário econômico, a necessidade de mudança na estrutura das forças, os desenvolvimentos

tecnológicos e a manutenção dos quatro papéis de defesa (SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1981). No marco conceitual, as quatro funções de defesa britânicas eram:

“um elemento independente de forças nucleares estratégicas e teatrais comprometidas com a Aliança; a defesa direta da pátria do Reino Unido; uma importante contribuição terrestre e aérea no continente europeu; e um grande esforço marítimo no Atlântico Oriental e Canal” (SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1981, p. 5)

Para o Reino Unido, a Guerra Fria foi um período marcado pela aliança com os Estados Unidos, nos esforços para deter a União Soviética. Portanto, se deu destaque ao compromisso com a OTAN, despendendo considerável parcela do orçamento de defesa para as forças da organização, o que limitava o investimento em outras áreas (DORMAN, 2008). Já nos últimos anos da Guerra Fria, sobre a capacidade conjunta vale o apontado por Dorman (2008): “a interação entre os diferentes ambientes - mar, terra e ar - foi efetivamente coordenada através do compromisso da Grã-Bretanha com a OTAN” (DORMAN, 2008, p. 19). Os discursos de combate à ameaça comunista somados a manutenção de efetivos em apoio à OTAN deram a tônica do período (SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1981). Após a Guerra das Falklands/Malvinas, no entanto, mudou-se a voltagem da política de defesa britânica, antes fortemente marcada pelo regionalismo que se concentrava na ameaça soviética na Europa para uma política mais abrangente, detentora de um papel mundial (FREEDMAN, 1999).

Quanto à interoperabilidade, a guerra não foi uma experiência bem-sucedida nesse quesito. Não somente o Reino Unido demonstrou falta de comando conjunto, como também a Argentina. Em um balanço, pode se apontar que as deficiências em treinamento e profissionalismo dos militares argentinos, dificuldades logísticas, condições climáticas e geográficas foram o que deram vantagem ao lado britânico somado a sua experiência marítima com destaque para a proteção das rotas marítimas atlânticas e primazia na guerra antissubmarina (GRIFFIN, 2005). Durante a Guerra das Falklands/Malvinas - assim como posteriormente na Guerra do Golfo em 1991; o Reino Unido utilizou estruturas de comando ad hoc para a condução da campanha. A partir disso, notou-se que a situação não era a ideal, pois idealmente dever-se-ia contar com as forças operando conjuntamente nos níveis estratégico, operacional e tático (DORMAN, 2008).

No nível organizacional, em 1981, alterou-se um dos elementos da estrutura do Ministério da Defesa britânico (*Ministry of Defence* - MoD), mediante a substituição dos ministros de cada uma das três forças por ministros juniores que contavam com responsabilidades funcionais. Já em 1984, a organização da defesa foi novamente avaliada, fazendo com que se estabelecesse um corpo de defesa único, por meio da unificação das equipes de defesa sob o comando do vice-chefe do Estado-Maior de Defesa. Também se estabeleceu um gabinete de gestão e orçamento, dirigido pelo segundo subsecretário permanente de defesa (TAYLOR; CURTIS, 2020). Vale destacar ainda a reorganização da estrutura de gestão do MoD ocorrida no período, baseando-se em uma organização tripla, composta do Permanent Under Secretary (PUS), o Management Information System for Ministries and Top Management (MINIS) e o Budget System for Administrative Expenditure (MAXIS). Iniciou-se em 1987 a implementação dessa nova estrutura do MOD, junto do estágio anterior de execução da interoperabilidade em 1984, começando a unificação do pessoal dos serviços, por meio de mais exercícios (EDMONDS, 2002).

3.1.2 Responsividade

Os fatores econômicos detinham de um papel central, uma vez que o Reino Unido se encontrava sob os efeitos de uma crise financeira, proveniente da recessão dos anos 80. Isso se refletia na defesa do país. A título de exemplo, houve a redução dos gastos com defesa, em um momento em que os gastos militares em relação ao PIB eram de 5,1%, ou seja, um dos mais altos entre os países da Aliança (SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1981). Após a Guerra das Falklands/Malvinas, houve o aumento nos recursos destinados à defesa comparado com o que havia sido planejado anteriormente, com os intentos de fortalecimento da “capacidade geral de defesa, aumentando a flexibilidade, mobilidade e prontidão de todos os três serviços para operações de apoio à OTAN e em outros lugares” (SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1982, p. 35).

Dentre outros fatores que avaliaram a responsividade do país, pode-se citar também a deterioração da situação internacional. A partir da invasão soviética do Afeganistão no final de 1979, houve o revigoramento da inclinação conservadora quanto a postura de linha dura em relação às relações Leste-Oeste (FREEDMAN, 1999). As políticas de defesa ainda se voltavam para a União Soviética, considerada inicialmente como a principal ameaça à

segurança britânica (SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1982).

Com a Guerra do Golfo, as influências para o Reino Unido conduziram a um novo questionamento relacionado à Revolução dos Assuntos Militares (RAM), quanto ao debate da dependência em tecnologia de defesa. Além disso, a rivalidade da Guerra Fria já havia contribuído para estimular o desenvolvimento de sistemas de armas, deixando mais evidente a necessidade de atualizações tecnológicas. Frente ao panorama de recursos limitados e expansão dos compromissos em defesa, o MoD respondeu adquirindo armamentos do exterior. Os desenvolvimentos internos permaneceram apenas em áreas em que o país possuía vantagens competitivas (EDMONDS, 1991). Assim, na esteira desse período, a dependência tecnológica constituiu-se um desafio para os planejadores em defesa na medida que restringia em vários aspectos a política de defesa britânica (BAYLIS, 1989).

Já em 1989, deparava-se com prioridades na defesa que giravam em torno da manutenção de uma modesta capacidade de projeção de poder fora da Europa, bem como da manutenção da dissuasão nuclear, com os submarinos Polaris. Além disso, estava presente a segurança do Reino Unido, a defesa da frente central da Europa e a proteção da navegação transatlântica (DORMAN, 2008).

3.1.3 Qualidade

Respectivo a parâmetros mais qualitativos, o Reino Unido não possuía capacidades de permanecer atualizado com desenvolvimentos de armamentos visando responder às necessidades marítimas, terrestres e aéreas das suas Forças Armadas. Como as revisões de defesa colocavam, aquisições em armamentos e equipamentos não poderiam se dissociar dos orçamentos disponíveis e de disposições das políticas de defesa (EDMONDS, 1991).

A aquisição de armamentos se mostrava ineficiente devido às “estruturas de gestão inadequadas e procedimentos excessivamente complexos” (EDMONDS, 1991, p. 440). Ainda, no início dos anos 1980 as pressões no orçamento de defesa se ampliam, pois ocorria também a elevação nos custos dos sistemas de armas, no tocante à inflação e aos gastos com defesa (EDMONDS, 1991). Os gastos com defesa britânicos começaram a apresentar quedas desde 1985 (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 2001). A tabela a seguir mostra os níveis de gastos em defesa no período considerado.

Tabela 1 - Gastos com defesa no Reino Unido (1980-1989)

Ano	Gastos com defesa (milhões)	% do PIB
1980	11,5	4,9 %
1981	12,8	4,9 %
1982	14,6	5,2 %
1983	15,7	5,1 %
1984	17,4	5,3 %
1985	18,2	5,0 %
1986	18,4	4,7 %
1987	18,9	4,4 %
1988	19,2	4,0 %
1989	20,8	4,0 %

Fonte: MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 2001.

No planejamento das despesas, em 1980 o Reino Unido aceitou a normativa da OTAN de aumentar anualmente os gastos com defesa em 3%. As justificativas para essa medida remontam não apenas ao compromisso com a OTAN relativo ao tema acordado entre os ministros já em 1977, mas também pela deterioração do panorama internacional (FREEDMAN, 1999). O serviço militar britânico se caracterizava pelo caráter voluntário. A dinâmica ocorria com o pessoal servindo durante determinado tempo e ao final deste se aposentando ou interrompendo a carreira e convertendo-se em parte da reserva, quando pode ser chamado para atuar caso necessário (BERMAN, 2002). A formação das forças armadas em 1980 e 1985 pode ser observada na tabela seguinte.

Tabela 2 - Formação das Forças Armadas (1980-1989)

Unidade	Categoria	1980	1985
Marinha - Royal Navy			
Submarinos	Embarcações	32	33
Transportadoras	Embarcações	3	4

Navios de Assalto	Embarcações	2	2
Cruzadores	Embarcações	1	
Destróieres	Embarcações	13	15
Fragatas	Embarcações	53	41
Anti-Minas	Embarcações	36	45
Navios-patrolha/Embarcações	Embarcações	22	32
Aviação Naval	Esquadrões	2	3
Helicópteros	Esquadrões	14	18
Marinha Real	Comandos	4	3

Exército (Regular)

Armas de Combate

Blindados	Regimentos	19	19
Infantaria	Batalhão	70	67
Forças Especiais	Regimentos	1	1
Aviação	Regimentos	6	4

Suporte de combate

Artilharia	Regimentos	22	22
Engenheiros	Regimentos	10	13
Signals	Regimentos	13	14

Exército (Reserva)

Armas de Combate

Blindados	Regimentos	4	5
Infantaria	Batalhões	38	35
Forças Especiais	Regimentos	2	2
Aviação	Regimentos		

Suporte de combate

Artilharia	Regimentos	6	6
------------	------------	---	---

Engenheiros	Regimentos	7	7
Signals	Regimentos	11	11
Home Service Forces			
Infantaria	Batalhões	14	11
Força Aérea - Royal Air Force			
Strike/attack	Esquadrões	15	11
Suporte Ofensivo	Esquadrões	5	5
Reconhecimento	Esquadrões	5	3
Patrulha Marítima	Esquadrões	4	4
Defesa Aérea	Esquadrões	9	9
Airborne Early Warning	Esquadrões	1	1
Transporte aéreo, tanques e helicópteros	Esquadrões	11	14
Busca e Resgate	Esquadrões	2	2
Regimentos RAF			
Defesa Aérea Terrestre	Esquadrões	8	8
Campo	Esquadrões	5	5
Força Aérea Auxiliar			
Total	Esquadrões	9	13
Unidades de Apoio			
Serviço auxiliar Royal Navy e Royal Fleet			
Navios de apoio	Embarcações	9	10
Survey ships	Embarcações	13	9
Ice patrol ships	Embarcações	1	1
Tankers	Embarcações	15	14
Fleet replenishment ships	Embarcações	4	4
Aviation training ship	Embarcações		
Landing ships	Embarcações	6	7

Forward repair ships	Embarcações		1
Royal Marines			
Unidade Logística	Regimentos	1	1
Exército regular			
Combat service support			
Equipment support	Batalhões		
Logística	Regimentos	17	23
Field ambulances/field hospitals	Números	8	14
Exército (reserva)			
Combat service support			
Equipment support	Batalhões		
Logística	Regimentos	8	12
Field ambulances/field hospitals	Números	13	18

Fonte: BERMAN, 2000.

A Guerra das Falklands/Malvinas proporcionou uma pequena expansão das Forças Armadas. Pelo menos 200 milhões de libras investidos durante a guerra eram para equipamentos e melhorias que resultaram em ativos posteriores para as forças. A intenção do MoD era de usar os gastos que precisariam ser despendidos para aquisição de equipamentos utilizáveis em finalidades alternativas diversas (FREEDMAN, 1999). Quanto às capacidades nucleares, já na década de 1980 pretendia-se colocar novos impulsos para seu desenvolvimento, pensamento que se refletiu na decisão de substituição dos mísseis balísticos Polaris de fabricação estadunidense em 1968 pelos mísseis balísticos Trident em 1980. A substituição determinava o realce das forças nucleares dentro do orçamento de defesa (FREEDMAN, 1999).

Além disso, a participação no conflito afetou diretamente os equipamentos das Forças Armadas, especialmente na Marinha. A permanência dos destróieres Fife, Glamorgan e Bristol, que já faziam parte da frota há tempos, decorreu da necessidade de sustentar a quantidade, enquanto havia a substituição dos quatro navios perdidos. Mantiveram também o HMS Endurance e o HMS Invincible. O primeiro devido a função que desempenhou na guerra enviando o sinal errado das intenções britânicas para a Argentina. O segundo para que

dois porta-aviões pudessem operar em patrulha regularmente, visto que mantiveram três porta-aviões, HMS Invincible, HMS Illustrious e HMS Ark Royal, ao invés de dois. Os destróieres e fragatas deveriam ser na quantidade de cinquenta e cinco, sendo menos de oito deles mantidos na reserva. Para além disso, após a guerra ficou clara a necessidade de estoques de munições e outros materiais de consumo. Os ativos civis em emergências militares ganharam importância. O governo britânico também colocou ênfase no aprimoramento da capacidade fora de área, por meio da 5ª Brigada de Infantaria. A partir das compras de equipamentos realizadas para a guarnição das Falklands/Malvinas, seria possível ampliar a capacidade de atuar em conflitos fora da área da OTAN (FREEDMAN, 1999). Na Força Aérea, já vinham de tempos atrás o reconhecimento das limitações nas aeronaves de caça. O Tornado F3 havia sido projetado para as demandas da Guerra Fria, capaz de interceptar bombardeiros soviéticos, munidos de mísseis de cruzeiro de longo alcance (DORMAN, 2008).

3.1.4 Proficiência

Sob o ângulo da proficiência, os cortes na defesa foram feitos tentando sustentar todos os tipos de capacidade, buscando conseguir realizar um pouco de tudo, ainda que não de forma completa. Agindo dessa forma, não se ocasionou perturbações burocráticas na estrutura britânica, que pode continuar desempenhando grande parte dos tipos de papéis e missões militares (FREEDMAN, 1999). Durante a década de 1980, o treinamento das forças “ênfaticamente a reforma da defesa e a profissionalização militar em regiões onde o Reino Unido tinha laços coloniais diretos” (JOHNSON et al., 2009, p. 175). A Marinha, por exemplo, naquele período iniciou a participação em outras operações, como no contexto do conflito Irã-Iraque, com o envio da força naval para o Golfo Pérsico visando a proteção de navios mercantes internacionais. Também participaram das operações para libertar o Kuwait. No nível operacional da doutrina, foi abordada a aplicação militar do poder marítimo, baseado nos conceitos de controle do mar e projeção de poder (MÄDER, 1996).

Dentro dos requisitos militares para o período, basicamente o Reino Unido buscava estar preparado para causar danos à União Soviética, em caso de ataque ao país. Portanto, caso ocorresse agressão, se agiria atacando a capital soviética como núcleo do governo, assim como outras cidades e centros militares e industriais. O sistema de defesa nesse caso era composto por bombardeiros estratégicos tripulados contendo bombas de queda livre.

Posteriormente ganharam espaço os submarinos nucleares equipados com mísseis Polaris (DORMAN, 2008).

Vale destacar que na década de 80, Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha consentem no início dos trabalhos para o desenvolvimento de aviões de caça, projeto denominado de *European Fighter Aircraft* (HARTLEY, 1997). Em 1987, o projeto foi aprovado para desenvolvimento pelo MoD. Em 1998, assinaram-se os contratos de entrega das primeiras aeronaves do *Eurofighter Typhoon*. Cada um dos países acomodaria a linha de produção e montagem final dos componentes da aeronave que era encarregado (HOUSE OF COMMONS COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 2011).

No nível doutrinário, os desenvolvimentos das Forças Armadas não haviam sido formalizados, não existindo nenhuma doutrina formalmente instituída. Havia a existência de manuais operacionais e doutrina no nível tático para a guerra. No entanto, não aquela doutrina que fixa a estrutura do serviço. Acreditavam, pois, que tal doutrina “prescritiva” colocaria em risco sua flexibilidade (CODNER, 1996). Em 1989 esse panorama se altera, com o desenvolvimento da doutrina terrestre. A manifestação da doutrina britânica com a primeira edição da Doutrina Militar Britânica (BMD - 1989). Especificamente, traz como pontos centrais a ênfase no nível operacional de comando e a divulgação dos princípios da abordagem de manobra. Entre 1989 e 1996, surgiu e desenvolveu-se a perspectiva de manobra, uma concepção de ação estratégica e operacional. A abordagem de manobra iniciou no Exército, mas se espalhou para os demais serviços, chegando a integrar a doutrina conjunta das Forças Armadas em 1996 (MÄDER, 2004).

3.2 CAPACIDADES MILITARES BRITÂNICAS NO PÓS-GUERRA FRIA (1990-2000)

Como grande parte dos países do Ocidente, o Reino Unido percebeu que suas Forças Armadas passaram por profundas transformações desde o fim da Guerra Fria (DORMAN, 2008). No cenário internacional, uma gama de mudanças significativas colaborou para isso. Tais mudanças marcaram o fim da bipolaridade, podendo-se destacar a reunificação da Alemanha, a retirada militar soviética do Afeganistão, a redução da presença militar soviética na Europa Oriental, o fim do Pacto de Varsóvia e a dissolução da própria União Soviética (PATMAN, 1999). No cenário regional, as Forças Armadas dos países europeus se encontravam cada vez mais operantes. As atividades em que estiveram envolvidas passaram da Guerra do Golfo até operações de manutenção da paz, em tarefas que abrangiam desde guerras limitadas até operações humanitárias (DORMAN, 2002). Na defesa britânica, o marco

do fim da Guerra Fria se deu em 6 de fevereiro de 1990, quando Tom King, Secretário de Estado da Defesa na época, declarou que o MoD iniciava os estudos das “opções de mudanças, na estrutura e implantação de nossas Forças Armadas”. É a partir de então que se iniciam estudos mais aprofundados de defesa no país, para enfrentar as mudanças nas Relações Internacionais do período e a alteração do cenário estratégico (GROVE, 1996, p. 5).

3.2.1 Interoperabilidade

O Reino Unido desenvolveu de 1990 até 1996 três revisões de defesa: *Options for Change* (1990), *Modifications to Options for Change* (1992) e *Frontline First: The Defense Costs Study* (1994). Tais revisões marcaram seus ímpetus de mudança, contudo a abordagem baseada em ameaças permaneceu presente devido ao receio da possibilidade de renascimento da União Soviética (DORMAN, 2008). Em 1994, com o lançamento da *Defense Costs Study* (DCS - *Front Line First*), pretendia-se a redução dos gastos em áreas de apoio, sem gerar grandes impactos para as unidades em linha de frente e sua eficácia operacional (DODD, 1994). Destacava-se a capacidade conjunta, vista como relevante e com tendências de aumento dessa relevância ainda mais no futuro.

A DCS indicava também que o prédio principal do MoD britânico, do mesmo modo que outras sedes, era julgado como muito grande e burocrático. Ademais, as responsabilidades poderiam ser mais delegadas na extensão da rede de gestão, as rotinas de trabalho poderiam ser simplificadas e o *accountability* ampliado. Para o futuro, se previa uma base de três serviços conjunta, como elemento da racionalização do comando, melhorando a efetividade operacional e as finanças em defesa (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1994).

Após o fim da Guerra Fria, a atenção das Forças Armadas se volta da defesa do território britânico e supressão de alianças no bloco Oriental para novas missões, com a participação em operações militares junto da ONU e da OTAN que se concentravam na “imposição da paz, ajuda humanitária, estabilização e construção da democracia, bem como nas operações de contraterrorismo e contra-insurgência” (HINES et al., 2014, p. 4). Na década de 1990, quando imperavam restrições orçamentárias, a interoperabilidade foi empregada como uma forma de redução de custos visando a obtenção de eficiência financeira (DADDOW, 2003). No caminho visando o desenvolvimento de medidas para melhorar as operações conjuntas, em 1996 instalou-se o Comando Conjunto Permanente (*Permanent Joint Headquarters* - PJHQ) na base de Northwood, que representou novos impulsos à

interoperabilidade britânica (PESSOA, 2017). Já em 1997, uniu-se as escolas de pessoal de serviço fundando-se o *Joint Services and Command Staff College* (JSCSC), uma esfera de aprendizado único (EDMONDS, 2002).

Em 1998, produziu-se a *Strategic Defence Review* (SDR), inserida em um ambiente de segurança incerto retratado pela multiplicidade de ameaças descentralizadas. A revisão de defesa trazia como um dos pontos centrais a abordagem conjunta, mediante a coordenação das três forças mais intimamente. Esta pretensão se materializou na instauração de estruturas que sustentassem os serviços, como as Forças de Reação Rápida Conjunta (*Joint Rapid Reaction Forces - JRRFs*) e a iniciativa da combinação entre a logística das forças, gerando uma organização unificada de logística de serviço único, ambos devendo entrar em operação em 2001. Além disso, houve a criação do Comando Conjunto de Helicópteros (*Joint Helicopter Command - JHC*) que reunia os helicópteros do serviço sob um único comando e a Força Conjunta 2000 (*Joint Force 2000*) que combinava aeronaves Harrier da força aérea e marinha do Reino Unido buscando maior efetividade em terra e mar (TAYLOR, 2010).

Dentre os outros pilares da SDR, estava presente as intenções de aprofundamento da prontidão das forças. Nas missões, apregoava a segurança em tempos de paz, a diplomacia de defesa e o auxílio dos interesses nacionais e questões mais relativas à OTAN. No âmbito da Marinha houve atividades mais relacionadas com a defesa do território nacional e desenvolvimento das JRRFs (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998a).

Portanto, um dos pilares de transformação do período estudado foi a intensificação da interoperabilidade e desenvolvimento de forças de resposta rápida, de maior prontidão (DODD; OAKES, 1998). Em 1998, ainda, como reflexo do corte de gastos em defesa e visando o aprofundamento da interoperabilidade, foi estabelecido o *Advanced Command and Staff Course* (ACSC), uma unificação das instituições militares a nível de formação de oficiais (LIBEL, 2010). E como resultado da SDR, na identificação de que a defesa precisava de visões mais claras no longo prazo, contando com maior nível conjunto conforme se almejava que as forças operassem, em 1998 foi fundado o *Development, Concepts and Doctrine Centre* (DCDC). O DCDC contava como missão “informar a estratégia de Defesa, desenvolvimento de capacidades, operações e fornecimento da base para a educação conjunta” (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 2016, p. 3).

3.2.2 Responsividade

Dentre os ajustes no contexto internacional que ocorreram, tem-se a Primeira Guerra do Golfo logo após a divulgação da *Options for Change* (1990-1992). Com a participação do Reino Unido na Operação Granby, algumas lições foram aprendidas, conforme apontado no relatório intitulado *Implementation of Lessons Learned from Operation Granby*, podendo-se destacar especialmente duas delas: “(1) a vulnerabilidade das tropas terrestres e equipamentos a ataques químicos e biológicos e a necessidade de aprimoramentos associados e (2) evidências de que a operação estendeu a sustentabilidade logística além de um nível seguro” (JOHNSON et al., 2009). Pode-se salientar também que com a vitória dos EUA na Guerra do Golfo impulsionou-se o debate sobre a RAM já vigente no Reino Unido. A partir de então, acentuaram-se grupos simpatizantes e não simpatizantes às proposições da RAM (MÄDER, 2004).

O término da Guerra Fria, por sua vez, representou a eliminação da antiga ameaça imediata de ofensivas em grandes proporções na Europa Central. Assim, o planejamento de defesa que antes era direcionado diretamente para uma ameaça central, no período posterior passou a ser composto pelo entendimento do maior número de riscos internacionais (SMITH; UTTLEY, 2002). O entendimento passava pela ideia de que as Forças Armadas não seriam orientadas para combaterem meramente ameaças específicas que diziam respeito à União Soviética ou ataques nucleares contra a OTAN, mas sim direcionadas a disporem e empregarem maiores variedades de recursos nos cenários em vigência (DORMAN, 2008). Portanto, conforme salientado por Johnson (2009) as capacidades militares britânicas eram o “resultado de um planejamento contínuo de alto nível, cujo objetivo é enfrentar, com recursos nacionais limitados, os desafios apresentados pelos eventos mundiais” (JOHNSON et al., 2009, p. 123).

Após a queda do Muro de Berlim, por meio da *Options for Change*, o governo deu impulso aos estudos de defesa que pretendiam transformar as estruturas das Forças Armadas britânicas (JOHNSON et al., 2009). A análise da *Options for Change* ainda enfocava no receio de alguma possibilidade de retorno da União Soviética em um momento marcado por economias na defesa. Assim, a organização das forças não sofreu grandes alterações, apesar de ter sido reduzida em número (DORMAN, 2008).

Fora isso, a expectativa diante da situação de crise econômica era da existência de um “dividendo de paz”, por meio dos cortes de custos na defesa. O dividendo da paz que se manifestou na redução dos gastos em defesa como porcentagem do PIB, com diminuição nas

forças estáticas ilustrada, por exemplo, na divisão do Exército Britânico do Reno pela metade. Se pretendia conservar forças menores, porém melhor equipadas, bem treinadas, com capacidade flexível e detentoras de mobilidade para atuar na OTAN, bem como em outros locais (JOHNSON et al., 2009). Além disso, o Tesouro procurava cortar despesas onde fosse possível, o que inevitavelmente incluiria o MoD. Esses elementos levaram ao lançamento da DCS que, conforme visto, esforçou-se em realizar economias, mas sem diminuir a linha de frente (CROFT et al., 2001).

Na capacidade de resposta, a já mencionada base conjunta em Northwood melhoraria o tempo de resposta às crises, além de oferecer reduções de custos em outras sedes militares. A base contaria com recursos de resposta rápida disponíveis, como um conjunto de aeronaves da Força Aérea, navios da Marinha, três brigadas de comando de Fuzileiros Navais, vinte e quatro brigadas de Infantaria Leve, além de forças especiais e forças aerotransportadas (DODD, 1994). Fora isso, outra questão que poderia ser levantada é sobre as unidades instaladas no teatro de operações e o quanto elas poderiam auxiliar na redução do tempo de resposta. Como ilustração, tem-se a missão de resgate em Serra Leoa em 2000. Neste caso, a falta de um ponto de parada fora da costa prejudicou a operação, fazendo com que os helicópteros *CH-47 Chinooks* tivessem de ficar “retidos até o último minuto para evitar detecção” (DORMAN, 2008, p. 19).

No período, as forças britânicas se caracterizavam pela maior agilidade, orientada por efeitos e mais expedicionária. Com relação a este último ponto, foi a partir da SDR que o país aprimorou ainda mais sua capacidade expedicionária, delineando os próprios caminhos britânicos para seu desenvolvimento (FARRELL; BIRD, 2010). As forças expedicionárias deveriam ser capazes de se instalar rapidamente e enfrentar qualquer tipo de ameaça militar, seja qual fosse o lugar (TAYLOR, 2010). Os ajustes no contexto internacional foram uma das preocupações contidas nas revisões de defesa, junto das questões orçamentárias e mudanças organizacionais no âmbito institucional (FARRELL; BIRD, 2010). Na SDR, por exemplo, constava que no período pós-Guerra Fria, o Reino Unido precisava estar pronto para “ir para a crise, em vez de que a crise venha até nós” (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998a, para. 6).

A atuação fora da área da OTAN converteu-se em um dos focos das Forças Armadas do país, recaindo em várias escalas de atividades militares. Tais desdobramentos aumentaram em quantidade a partir de 1998, como no caso de Serra Leoa em 2000 que demonstrou a inclinação britânica ao envio de tropas às operações. Ainda, elucida esse ponto a participação

nas operações de paz em Timor Leste (1999-2000), por meio da Força Internacional para o Timor-Leste sob mandato da ONU (JOHNSON et al., 2009).

Dessa forma, sem possuir uma ameaça direta ao país, o Reino Unido entendia que tinha como dever se comportar como uma “força do bem no mundo”. A ideia de segurança nacional e prosperidade estavam vinculadas ao incentivo “da estabilidade internacional, da liberdade e do desenvolvimento econômico” (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998a, para. 21). O terrorismo também ganha destaque e surgem novas ênfases baseadas nos princípios da Network Enabled Capability (NEC) e operações baseadas em efeitos. Nesse sentido, começava uma nova configuração de transformação militar britânica “mais ágil, conjunta, expedicionária, orientada a partir de efeitos e com tecnologia nas forças” (FARRELL; BIRD, 2010, p. 37).

A análise que se fazia no período estava vinculada ao tipo de papel mundial que o Reino Unido desempenharia, ao mesmo tempo que estava em pauta o tipo de contribuição que as Forças Armadas praticariam (JOHNSON et al., 2009). Nesse sentido, pode-se compreender o envolvimento britânico na participação em operações pelo mundo, passando da Guerra do Iraque (1991) para as operações de baixa intensidade, como Serra Leoa, Irlanda do Norte, Balcãs e chegando nas missões de paz no norte do Iraque, no Timor Leste e no Afeganistão. Com o decorrer do tempo, essas atuações tornaram-se de maior regularidade, intensidade, complexidade e disposição geográfica. Em decorrência, suas Forças Armadas estavam envolvidas em uma gama de operações concomitantes que precisavam sustentar (DORMAN, 2008).

Em 1998, o Reino Unido se envolveu na operação junto à OTAN durante a Guerra do Kosovo. O país liderou o envio do *Allied Rapid Reaction Corps* (ARRC) que conteve as forças terrestres internacionais que entraram em Kosovo em junho de 1999. Além desta, em 1998 participou também da Operação *Desert Fox* juntamente com os Estados Unidos, nos bombardeios contra o Iraque (DORMAN, 2008). Dos aprendizados que foram absorvidos e influenciaram no desenvolvimento de capacidades no período têm-se as vantagens que podem ser conseguidas pelo uso das capacidades militares efetivamente e em prontidão. Um exemplo que pode ser mencionado é a equipe operacional enviada rapidamente para apoio ao governo de Serra Leoa em 2000 e que cumpriu com os propósitos pretendidos, restaurando a ordem na capital e evacuando os cidadãos estrangeiros. Este desdobramento constituiu-se como o de maior abrangência desde a Guerra das Falklands/Malvinas (DORMAN, 2008).

3.2.3 Qualidade

Em 1990, a iniciativa britânica da *Options for Change* foi considerada como uma política em direção às capacidades e não como anteriormente era – baseada em ameaças. Isso implicava, portanto, deter de forças menores, porém mais bem equipadas. O reflexo disso na *Royal Navy* e na *Royal Marines* foi uma redução de pessoal, de 63.000 para aproximadamente 60.000. Trouxe como ponto as reduções nas Forças Armadas, que optaram pela manutenção das forças antissubmarino e das capacidades anfíbias (em consonância com a vitória das Falklands/Malvinas), a redução de orçamentos e a manutenção dos objetivos políticos do Reino Unido quanto à segurança, manutenção de paz e estabilidade (BAYLIS, 1989).

A partir daquele ano ocorreram significativas reduções nas Forças Armadas como um todo, começando pelas reduções de pessoal no Exército, Marinha e Força Aérea, respectivamente de 156.000 para aproximadamente 119.000; de 63.000 para cerca de 55.000 e de 89.000 para entorno de 75.000. As tropas do Exército presentes na Alemanha também foram reduzidas quantitativamente de 55.000 para próximo de 23.000, já a Força Aérea de quatro bases principais que contavam com quinze esquadrões para duas bases possuindo nove esquadrões. A frota de superfície da Marinha eliminou oito dos seus navios de guerra, passando a contar com 40 deles, enquanto os submarinos foram de 27 para 16. Na Força Aérea, por sua vez, reduções aconteceram na defesa aérea, no *strike attack* e nas aeronaves de patrulha marítima (HARTLEY, 1997).

Os gastos com defesa apresentaram queda em todo o período (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 2001). A tabela a seguir mostra os níveis de gastos em defesa no período considerado.

Tabela 3 - Gastos com defesa (1990-2000)

Ano	Gastos com defesa (bilhões)	% do PIB
1990	21,7	3,9 %
1991	22,9	3,9 %
1992	22,9	3,7 %
1993	22,8	3,5 %
1994	22,6	3,3 %
1995	21,5	3,0 %

1996	22,3	2,9 %
1997	21,6	2,6 %
1998	22,5	2,6 %
1999	22,5	2,5 %
2000	23,5	2,4 %

Fonte: MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 2001.

Desde 1990 até 2000, o tamanho das forças regulares britânicas vinha caindo, chegando ao patamar de 32% de queda, ao passo que as forças militares de reserva caíram em 4%. Nas reservas voluntárias e forças auxiliares o percentual de queda foi de 44%. Ainda, no período de 1991 e 1996, por exemplo, as baixas militares chegaram a 34.600, sendo metade desse número no Exército (BERMAN, 2002).

As reservas de cada uma das forças, isto é, *Royal Navy Reserve (RNR)* e *Royal Marine Reserve (RMR)* da Marinha, *Territorial Army (TA)* do Exército e a *Royal Auxiliary Air Force (RAuxAF)* da Força Aérea foram mais demandadas a partir de 2000 por meio do aumento da utilização das forças regulares, especialmente em terra (BERMAN, 2002). Para a formação das Forças Armadas, vide a tabela comparativa abaixo que retrata as mudanças no volume ocorridas nos anos de 1990, 1995 e 2000.

Tabela 4 - Formação das Forças Armadas (1990-2000)

Unidade	Categoria	1990	1995	2000
Marinha - Royal Navy				
Submarinos	Embarcações	33	16	16
Transportadoras	Embarcações	3	3	3
Navios de Assalto	Embarcações	2	2	3
Cruzadores	Embarcações			
Destroyers	Embarcações	14	12	11
Fragatas	Embarcações	35	23	21
Anti-Minas	Embarcações	41	18	21

Navios-patrolha/Embarcações	Embarcações	34	32	24
Aviação Naval	Esquadrões	3	3	1
Helicópteros	Esquadrões	17	15	9
Marinha Real	Comandos	3	3	3

Exército (Regular)

Armas de Combate

Blindados	Regimentos	19	11	10
Infantaria	Batalhão	66	49	47
Forças Especiais	Regimentos	1	1	
Aviação	Regimentos	4	5	

Suporte de combate

Artilharia	Regimentos	22	16	15
Engenheiros	Regimentos	13	10	11
Signals	Regimentos	13	12	11

Exército (Reserva)

Armas de Combate

Blindados	Regimentos	5	5	4
Infantaria	Batalhões	41	36	15
Forças Especiais	Regimentos	2	2	*
Aviação	Regimentos		1	*

Suporte de combate

Artilharia	Regimentos	7	6	7
Engenheiros	Regimentos	8	9	5
Signals	Regimentos	11	11	12

Home Service Forces

Infantaria	Batalhões	11	8	7
------------	-----------	----	---	---

Força Aérea - Royal Air Force

Strike/attack	Esquadrões	11	6	5
Suporte Ofensivo	Esquadrões	5	5	2
Reconhecimento	Esquadrões	3	5	5
Patrulha Maritima	Esquadrões	4	3	3
Defesa Aérea	Esquadrões	9	6	5
Airborne Early Warning	Esquadrões	1	1	2
Transporte aéreo, tanques e helicópteros	Esquadrões	15	14	8
Busca e Resgate	Esquadrões	2	2	2
Regimentos RAF				
Defesa Aérea Terrestre	Esquadrões	7	5	4
Campo	Esquadrões	6	5	5
Força Aérea Auxiliar				
Total	Esquadrões	16	15	19

Unidades de Apoio

Serviço auxiliar Royal Navy e Royal Fleet

Navios de apoio	Embarcações	8	1	
Survey ships	Embarcações	8	6	6
Ice patrol ships	Embarcações	1	1	1
Tankers	Embarcações	13	9	9
Fleet replenishment ships	Embarcações	4	5	4
Aviation training ship	Embarcações		1	1
Landing ships	Embarcações	5	5	5
Forward repair ships	Embarcações	1	1	1

Royal Marines

Unidade Logística	Regimentos	1	1	1
Exército regular				
Combat service support				
Equipment support	Batalhões		5	7
Logística	Regimentos	27	26	22
Field ambulances/field hospitals	Números	16	13	8
Exército (reserva)				
Combat service support				
Equipment support	Batalhões		4	4
Logística	Regimentos	12	11	16
Field ambulances/field hospitals	Números	17	17	14

Fonte: BERMAN, 2002.

Das mudanças que sucederam na composição das forças, a Marinha e a Força Aérea detiveram de menores impactos que resultaram em somente alguns cortes em suas frotas. Em contrapartida, no Exército as transformações foram mais profundas. As modificações nas estruturas de força em nível de brigada e regimento pretendiam direcioná-las para a concepção de emprego expedicionário, com maior flexibilidade e rapidamente destacável. A reestruturação também se expandiu para o nível da reserva mediante a redução da quantidade de voluntários de 56.000 para 40.000 principalmente na cavalaria, infantaria e apoio de combate. Dessa forma, a TA poderia estar mais integrada às forças regulares, prestando apoio no curto prazo e no desenvolvimento de operações militares (TAYLOR, 2010).

Como indicativo dessas modificações nas Forças Armadas, particularmente da mobilidade de unidades para onde fosse necessário, foi o entendimento sobre a necessidade de um novo porta-aviões. Dentro do sistema de defesa, desde a Guerra do Golfo transportadores ganharam destaque quando o *HMS Invincible* foi enviado ao conflito, exercendo pressão sobre o Iraque e manifestando apoio aos Estados Unidos. Marcadamente no pós-Guerra Fria, os transportadores passaram a ser vistos como vantajosas bases aéreas móveis, com a função de

projeção de poder sempre que necessário. Por meio das rotas marítimas, os porta-aviões poderiam alcançar várias localidades, além de conseguirem ser empregados nas operações humanitárias e de resgate como postos de comando e controle (FREEDMAN, 1999).

Vale destacar que os cortes realizados no Tesouro afetaram a defesa, acarretando o cancelamento de programas de equipamentos - sem levar em conta os planejamentos a longo prazo. Assim, os exercícios e treinamentos sofreram reduções, chegando a prejudicar a prontidão das forças (FREEDMAN, 1999). As decisões em defesa refletiam a tentativa de conciliar custos, sem reduzir a capacidade. Na aquisição, as compras do governo transmitiam disposição em aumentar as capacidades destacáveis em operações. Isso pode ser ilustrado pela compra de novos navios anfíbios ou de mísseis Tomahawk para lançamento desde submarinos (JOHNSON et al., 2009).

Outro ponto que o debate levanta é sobre a estrutura de força do Exército e a atenção que deveriam dar para pontos focais, quer dizer, para onde direcionar maiores esforços em razão de recursos escassos. No período, foram criadas seis novas brigadas pesadas, sendo três delas blindadas e as outras três mecanizadas - estas últimas deveriam se tornar no futuro brigadas de peso médio. Além disso, ocorreu a criação de uma brigada de assalto aéreo. Na esteira do planejamento, as três brigadas mecanizadas e as três blindadas deveriam ser postas nas divisões no Reino Unido e na Alemanha, respectivamente. Nas forças leves, havia 16 brigadas de assalto aéreo e a brigada de comando dos *Royal Marines*. Cabe ressaltar que a Força de Reação Rápida Conjunta podia recorrer, em qualquer tempo, às 16 brigadas de assalto aéreo, às três brigadas de comando e às brigadas blindadas e mecanizadas de alta prontidão (DORMAN, 2008).

A partir disso, é possível apontar que a estrutura geral do Exército não se encontrava em equilíbrio. Embora o enfoque dado no comando operacional tenha sido no nível divisionário que era apropriado para operações de maior magnitude, como por exemplo aquela empregada no Iraque, não se fazia adequado para o desdobramento de forças menores. Nestes casos, eram mais satisfatórios os comandos diretos. Em Kosovo, o quartel general da 3ª divisão não foi empregado, optando-se pelo Comando Aliado da Europa. Já em Serra Leoa, operou-se com um único batalhão sob o comando de um quartel general (DORMAN, 2008).

Na Força Aérea, novos rumos eram previstos, com a substituição dos caças Tornado F3 pelos Typhoon. O Typhoon se caracterizava como detentor de agilidade e apresentava a multifuncionalidade, pela qual poderia realizar várias tarefas, até de maneira simultânea. Ainda, as análises de defesa apontavam a relevância da logística, enfatizando o transporte aéreo e marítimo. O governo britânico optou pela compra de quatro cargueiros C-17, os quais

inicialmente haviam sido arrendados. Somado a isso, também havia a pretensão de adquirir mais duas aeronaves (DORMAN, 2008).

3.2.4 Proficiência

No novo ambiente de segurança internacional que emergiu naquele período, mesmo que houvesse pouco espaço para movimentos profundos na estrutura de força, o propósito das Forças Armadas precisou ser reafirmado. Em um panorama de mudanças e incertezas como aquele desde o final da Guerra Fria era inevitável o impacto no papel e no perfil dos militares britânicos, que deveriam ser moldados aos novos requisitos (PESSOA, 2017). No nível das missões, havia a necessidade de operar de maneira mais eficaz, sendo que a partir de então as missões passaram a ser voltadas para a manutenção da paz e intervenção humanitária. Nesse novo contexto, os diagnósticos previstos apontavam que a ocorrência de ameaças militares tradicionais era pouco prováveis e, equivalentemente, em um cenário mais seguro poderiam ser restringidos os investimentos na defesa. Diante disso, foram reduzidas as quantidades de aeronaves de combate, fragatas e ogivas nucleares. No entanto, o Reino Unido, ainda que contasse com sua favorecida localização geográfica e passasse por restrições de recursos, decidiu por melhorar suas habilidades para atuar no exterior. A orientação passava a ser em operações ativas, ao invés da dissuasão passiva. Para isso, necessitavam das competências para deslocamento de força para locais distantes, aprimorando habilidades de elevação do ar e do mar, treinamento satisfatório, material adequado e disponibilidade de tropas aptas - não apenas quantitativas (FREEDMAN, 1999).

Existem alguns argumentos favoráveis à presença avançada no exterior. Podem citar-se o papel militar contribuindo para a diplomacia de defesa mediante as missões de treinamento, intercâmbio militar e visitas, programas de cooperação, fornecimento de material, entre outros (DORMAN, 2008). No Reino Unido, a diplomacia de defesa é definida como “a missão desenvolvida no âmbito das diversas atividades empreendidas pelo MoD do Reino Unido, com o objetivo de dissipar hostilidades, construir e manter confiança e apoiar o desenvolvimento de Forças Armadas democraticamente responsáveis, contribuindo significativamente para a resolução e prevenção de conflitos” (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998a). Fora isso, a presença no exterior possibilitava o aumento da responsividade diante de crises. Na intervenção britânica em Serra Leoa, por exemplo, a presença do *Illustrious Carrier Group* no Atlântico Leste foi fundamental para a rápida implantação (DORMAN, 2008).

A SDR trazia questões como diplomacia de defesa, apoio aos interesses britânicos mais amplos, suporte a operações de paz e humanitárias, resoluções de conflitos regionais dentro e fora da OTAN, prosseguimento de capacidades de ataque estratégico da OTAN, elementos esses que incentivaram a prontidão das forças (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998a). As forças britânicas puderam praticar processos e comando em vários segmentos com a participação nos exercícios da OTAN, além de possibilitar treinamento para o pessoal que aperfeiçoou a preparação para missões. Os exercícios até mesmo foram utilizados como mecanismo para mensurar a prontidão das unidades. Para tais operações de apoio, a prontidão era estimada pelo país segundo a classificação dos cenários, dependendo do esforço exigido pela operação, isto é, pequena escala, média escala ou grande escala. Para a definição dos elementos de força, consideravam-se a avaliação militar da tarefa a ser desempenhada junto dos requisitos necessários para a consecução. A base dos recursos despendidos pelo MoD para os serviços individuais era formada por esse arranjo composto por elementos de força e nível de prontidão. Os serviços, por sua vez, se encarregavam de equipar e treinar as tropas, mantendo a prontidão necessária (JOHNSON et al., 2009).

O caso do envolvimento militar em Serra Leoa pode novamente servir de ilustração aqui. Com intentos de ajudar o governo, já em 1999 o Reino Unido enviou um navio da RN para o país. Em 2000, enviaram forças leves e que, posteriormente, foram somadas com forças de reação rápida para auxiliar na evacuação dos cidadãos estrangeiros. No mesmo ano, para oferecer assistência na reconstrução do Exército de Serra Leoa, enviaram uma força de treinamento militar juntamente às forças adicionais britânicas. Por fim, as forças especiais britânicas tiveram de lançar uma operação para recuperar soldados capturados durante uma missão de treinamento. Segundo Johnson et al. (2009), dentre as tarefas militares realizadas nessa operação, incluem-se “evacuação de cidadãos britânicos para o exterior, manutenção da paz, imposição da paz, assistência humanitária e diplomacia de defesa” (JOHNSON et al., 2009, p. 136).

No nível operacional, o período é marcado por questões voltadas às habilidades de prontidão, às demandas táticas da OTAN e aos desdobramentos das missões expedicionárias (PESSOA, 2017). As prioridades de defesa do Reino Unido mudaram no período. A repriorização envolveu a dedicação para a guerra expedicionária, passando pela defesa interna, seguido da continuidade das capacidades nucleares estratégicas. Para tanto, ocorreram reformas doutrinárias e transformações nas aquisições. No entanto, como priorizar algo envolve dar menos atenção em outras áreas, é possível dizer que o desenvolvimento

expedicionário acabou tomando recursos de outros lugares, principalmente da defesa doméstica (DORMAN, 2008).

No nível doutrinário do Exército, lançou-se a Doutrina do Exército (1994) e a segunda edição da Doutrina Militar Britânica (1996). A primeira publicação retrata um pensamento militar que engloba o contexto pós-Guerra Fria e incorpora as lições provenientes da Operação Granby. Desde 1989 e até meados de 1996, o Exército tornou a doutrina um elemento de transformação no período pós-Guerra Fria, demonstrando sua utilidade. Além disso, formulando a abordagem de manobra, determinou-se uma parte essencial do pensamento militar britânico dos anos 1990, passando a caracterizar-se como parte constituinte dos debates doutrinários. Outro conceito relevante desenvolvido foi o do poder de combate, sendo também adicionado a doutrina militar e expandido para as demais forças. Quanto às capacidades convencionais das forças terrestres britânicas, a partir de 1990 deu-se um novo enfoque para o poder militar convencional. A utilidade reemergente deveu-se a uma nova exploração dos níveis militares estratégico e operacional da guerra. A abordagem de manobra estava em linha com a melhoria das capacidades convencionais vigentes, especialmente no que tange o novo papel do Exército e a reinserção da cooperação dentro das unidades (MÄDER, 2004).

Na segunda edição da Doutrina Militar Britânica, aderiu-se uma ótica apoiada no planejamento de força. Diante da competição inter-serviços por orçamento, os comandantes terrestres pretendiam mostrar a significância da sua força armada em um ambiente internacional alterado. Nela foi empregado o termo “*manoeuvrist approach*”, dessa forma evidenciando a centralidade do conceito para as atividades militares (MÄDER, 2004). Tal conceito pode ser definido como “uma abordagem às operações em que quebrar a coesão geral do inimigo e a vontade de lutar é fundamental. Exige uma atitude mental em que fazer o inesperado, usar a iniciativa e buscar a originalidade é combinado com uma determinação implacável para ter sucesso” (DIRECTION OF THE CHIEF OF THE GENERAL STAFF, 1989). Em 1993, estabeleceu-se o *Directorate General of Development and Doctrine (DGD&D)* que tonificou a disposição e a capacidade da força de arquitetar conceitos para combates futuros (MÄDER, 2004).

Nas Força Aérea, a doutrina britânica do poder aéreo foi lançada por meio da *Air Publication 3000 (AP 3000)* em 1993. A doutrina postulava para o ambiente pós-Guerra Fria essencialmente o conceito de ofensiva aérea estratégica. O poder aéreo traria como pontos fortes, a altura, a velocidade e o alcance. Segundo Mäder (2004) essas qualidades conferiram algumas vantagens:

“Um era sua onipresença, já que o poder aéreo poderia conter ou representar ameaças simultâneas em uma área geográfica muito mais ampla do que os sistemas de superfície e muito mais rápido do que as forças baseadas no mar. Outra era a flexibilidade, uma vez que a aeronave podia executar uma ampla variedade de ações, produzir uma ampla gama de efeitos e ser adaptada com relativa facilidade às circunstâncias em mudança. Além disso, a velocidade e o alcance do poder aéreo ofereciam uma capacidade de resposta única: o poder aéreo poderia ser desdobrado rapidamente em teatros distantes para fornecer apoio visível e oportuno a um aliado - a imagem na mente dos doutrinistas sem dúvida sendo a Operação Escudo do Deserto - e para agir como um impedimento à agressão” (MÄDER, 2004, p. 122).

Tais atributos inerentes ressaltam que o poder aéreo desempenhava um papel relevante em qualquer operação militar, tanto no gerenciamento de crises quanto em um grande conflito. Referente a abordagem de manobra, ela não era especificamente abordada na doutrina da Força Aérea. Porém, ficava em linha com o pensamento lançado no Exército, já que dava enfoque para a interrupção da liderança do adversário e o ataque a pontos nevrálgicos, ao invés de simplesmente se sustentar em bombardeios massivos de equipamentos.

Na Força Aérea, os anseios pelo desenvolvimento da dissuasão convencional foram iniciados a partir da moderna tecnologia de poder aéreo e seus atributos de precisão e destruição. Na doutrina do Reino Unido já constava que a ofensiva aérea convencional poderia ser utilizada como mecanismo de influência no comportamento estratégico dos oponentes através da dissuasão (MÄDER, 2004).

A força marítima foi a última das forças a lançar sua doutrina. Ela foi publicada em 1995, intitulada “*The Fundamentals of British Maritime Doctrine: BR 1806*”. A doutrina da Marinha se concentrava em três eixos de aptidões, ar-mar, vocação anfíbia e submarinos de propulsão nuclear equipados com mísseis de cruzeiro de longo alcance Tomahawk. Para os efeitos pretendidos, os julgamentos da Marinha foram de que somente mantendo essas três capacidades, era possível garantir a defesa que o governo britânico necessitaria (DORMAN, 2008). O papel das forças marítimas se transformou de uma concepção que empregava uma estratégia naval para uma estratégia marítima, indicando o âmbito conjunto dessa mudança atrelada ao poder marítimo. A doutrina inaugurada tinha os fundamentos da escola de pensamento de Corbett adaptada para o contexto de pós-Guerra Fria (MÄDER, 2004).

A projeção de poder marítimo era a peça-chave do documento, sendo definida amplamente: “a projeção do poder marítimo é a aplicação do poder marítimo do mar para influenciar eventos em terra diretamente. [É] um conceito que tem ampla aplicação tanto

durante as hostilidades quanto no gerenciamento de crises” (COMMAND OF THE DEFENCE COUNCIL, p. 70). Portanto, o conceito se expandiu para todo espectro de conflitos, podendo ser instrumentos de coerção e segurança. A navegação de forças de projeção de poder marítimo, por exemplo, poderia demonstrar determinação política sem formalmente estarem em um compromisso declarado. Ademais, tais forças poderiam contribuir com intervenções, evacuações ou como base móvel para apoio humanitário. (MÄDER, 2004).

Nas capacidades convencionais, a Marinha passou a dedicar-se às "operações de combate contra forças terrestres, operações de combate em defesa das forças em terra, operações de evacuação e força naval em apoio à diplomacia” (MÄDER, 2004, p. 172). Dentre as tarefas do período, as operações de apoio à paz também possuíram seu espaço e algumas das tarefas exercidas exibiram grau elevado de continuidade das operações realizadas pela Marinha durante a década de 80 (MCINNES, 1999). A ideia de diplomacia naval empregaria ações militares de coerção, persuasão e a vinculação da presença em tempos de paz quando alvos e efeitos não são específicos ou em tempos de guerra quando há um inimigo estabelecido após o início de hostilidades (MÄDER, 2004).

4 ANÁLISE DAS MUDANÇAS EM DEFESA E AS IMPLICAÇÕES NA DISSUAÇÃO CONVENCIONAL

As capacidades militares britânicas dentro do período considerado adquiriram diferentes predominâncias, tornando evidente o impacto do marco temporal de análise do fim da Guerra Fria como catalisador de mudanças. Conforme veremos nesta seção, as transformações em defesa ocorridas no Reino Unido resultaram em estruturas que promoveram diferenças nos níveis dos atributos das capacidades militares, resultando em organizações militares que capitalizaram em diferentes elementos de capacidade.

4.1 ANÁLISE QUALITATIVA DO REINO UNIDO NA GUERRA FRIA

No primeiro período de análise, no atributo da interoperabilidade, o período foi marcado pelo gerenciamento de campanhas militares sendo efetuado a partir de comandos *ad hoc*, como ilustrado na experiência da Guerra das Falklands/Malvinas, na qual não houve demonstração de capacidades conjuntas. Boa parte da capacidade conjunta era coordenada através dos compromissos com a OTAN. Ainda assim, ocorreram iniciativas para o desenvolvimento da interoperabilidade como a reorganização da estrutura de gestão do MoD, junto do início da unificação do pessoal dos serviços. A política de defesa foi marcada por uma abordagem voltada não em capacidades, mas em ameaças, sendo a principal delas a ameaça soviética. Tais elementos permitem a classificação da interoperabilidade no período em um nível baixo, constando em torno de 40%, pois o período marca apenas o início das iniciativas para o seu aprimoramento, sendo ainda fraca a capacidade real.

Na variável da responsividade, a defesa ainda se voltava para a ameaça soviética, com esforços para garantir uma modesta capacidade de projeção de poder fora da Europa e manter a dissuasão nuclear. O governo contava com restrições orçamentárias vindas da crise econômica dos anos 80 que afetavam diretamente os seus desenvolvimentos militares, devido aos recursos escassos. Na capacidade de resposta ainda era necessário considerar a deterioração da situação internacional que marcou boa parte do período. Ademais, duas guerras afetaram o país. A Guerra do Golfo representou influências para o país no debate acerca da dependência em tecnologia, frente a quantidade de aquisições em armamentos estrangeiros que imperavam. A participação na Guerra das Falklands/Malvinas, além de demonstrar a capacidade de resposta do país, significou o aumento dos recursos destinados à defesa. Assim, a responsividade pode ser mensurada próxima a 60%, um nível moderado,

posto que o Reino Unido teve de oferecer respostas rápidas a uma série de acontecimentos que impactaram na estrutura de segurança do país, mas que encontravam limitações diante das questões orçamentárias e prioridades da defesa do período.

No atributo da qualidade, as aquisições em armamentos e equipamentos não podiam se dissociar da disponibilidade de orçamentos e as diretrizes das políticas de defesa, o que restringia o seu desenvolvimento. Ainda que em 1981 o país tenha aceitado a normativa da OTAN para aumento dos gastos em defesa, na realidade isso durou apenas pelo ano seguinte. A partir de 1985, os gastos com defesa britânicos começaram a apresentar quedas significativas. Havia dificuldades para permanecer atualizado com desenvolvimentos de armamentos visando responder às necessidades das forças. Mesmo assim, outros impulsos foram dados, como no desenvolvimento das capacidades nucleares já ao final do período com a substituição dos mísseis Polaris. A própria Guerra das Falklands/Malvinas proporcionou uma pequena expansão das forças devido aos investimentos realizados em equipamentos e melhorias. Diante disso, é possível aferir a qualidade em 50%, nível moderado, pois contava com as limitações impostas pelos recursos financeiros e não era possível fazer tanto, mas ainda assim preocupa-se com os desenvolvimentos militares.

Na proficiência, a maior parte do período foi regido sem nenhuma doutrina formalmente instituída. Somente ao final, em 1989, há o lançamento da DMB. O treinamento era efetuado por meio da participação em missões no exterior, que nesse período ainda eram em menores escalas. Nos requisitos militares, o país buscava estar apto para causar danos à União Soviética, em caso de ataque ao país. A proficiência do período pode ser elencada em 40%, nível baixo, em um momento em que tentava-se manter vários tipos de capacidades, mesmo com cortes na defesa, gerava menos perturbações burocráticas e conseguia fazer com que as Forças Armadas continuassem cumprindo seus papéis e realizando missões, ainda que nem sempre de maneira adequada e completa.

O quadro a seguir sintetiza as principais características desse período considerado. A figura 1 compara visualmente os atributos militares com os níveis que seriam os ideais para uma instituição militar.

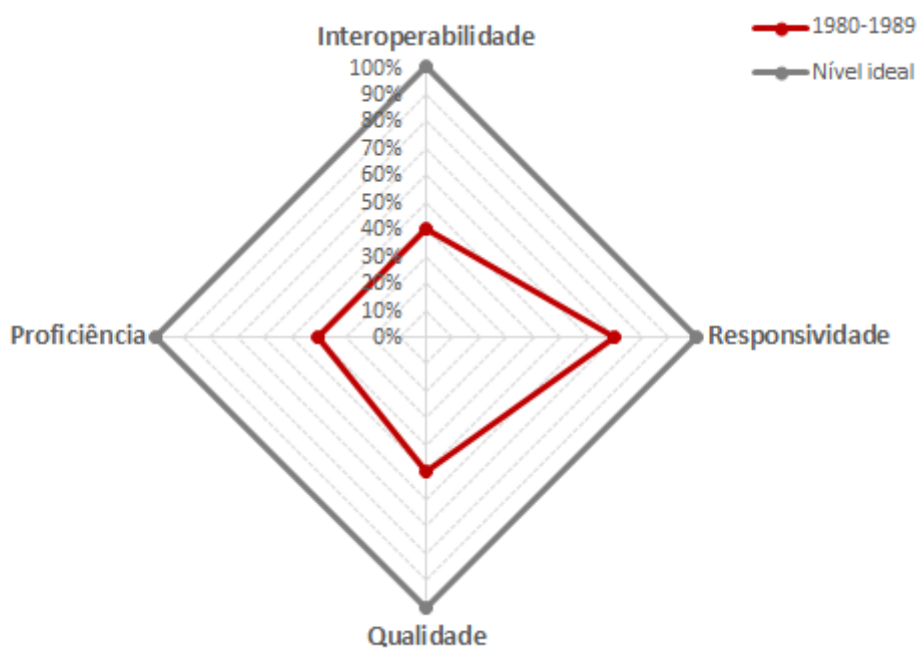
Quadro 4 - Atributos militares britânicos na Guerra Fria

Atributos	Descrição dos elementos
Interoperabilidade (Baixa)	Política de defesa voltada para ameaças; defesa do Reino Unido; dissuasão nuclear; compromisso com a OTAN; estrutura de comando

	ad hoc para gerenciar as campanhas militares; reorganização do MoD
Responsividade (Moderada)	Ameaça Soviética; Crise econômica dos anos 80; Deterioração da situação internacional; Guerra das Falklands/Malvinas; Guerra do Golfo; dependência tecnológica
Qualidade (Moderada)	Não possuía completas capacidades de permanecer atualizado com desenvolvimentos de armamentos visando responder necessidades; compromisso com a OTAN de aumentar gastos em defesa em 3%; a partir de 1985, os gastos com defesa britânicos começaram a apresentar quedas; Trident substitui Polaris em 1980
Proficiência (Baixa)	Reino Unido era capaz de desempenhar a maioria dos tipos de papéis e missões militares, mas de forma muitas vezes inadequada por sustentar diversos desenvolvimentos; sem doutrina formalmente instituída; Doutrina Militar Britânica (1989)

Fonte: Elaboração própria. Baseado nas informações anteriores.

Figura 1 - Parâmetros de capacidades militares no Reino Unido durante a Guerra Fria



Fonte: Elaboração própria. Baseado nas informações anteriores.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA DO REINO UNIDO NO PÓS-GUERRA FRIA

A interoperabilidade foi intensificada no pós-Guerra Fria, sendo empregada como uma alternativa para reduzir custos, que garantiam melhorias na disponibilidade dos recursos financeiros. Aquelas medidas de desenvolvimento iniciadas já na fase final da Guerra Fria continuaram com a instalação do PJHQ e do JSCSC. Além disso, instituíram a coordenação nas estruturas de forças, como o JRRFs, o JHC e a Joint Force 2000. Ficou estabelecido no nível de formação de oficiais o ACSC e até mesmo lançou-se a ideia para combinação entre a logística das forças. Dessa forma, a interoperabilidade pode ser classificada como alta, atingindo 70%, já que as iniciativas não se limitaram a apenas alguns aspectos, mas expandiram-se para várias áreas, isto é, forças, comando, ambiente de aprendizado, formação de oficiais, base e logística - todos a nível conjunto.

No atributo da responsividade, foi dada nova ênfase nas capacidades de respostas aos desenvolvimentos externos. O início do período é ainda marcado pela Guerra do Golfo, replicada por meio da Operação Granby. O clima de segurança era marcado pelo Dividendo de Paz, em que os governos de muitas nações ocidentais passaram a cortar seus gastos com defesa, fato que ocorreu também no Reino Unido. Destaque pode ser conferido às Forças Armadas britânicas, então engajadas em operações expedicionárias, desempenhando um “papel mundial”. O Reino Unido envolveu-se na Guerra do Iraque, nas operações de baixa intensidade em Serra Leoa, Irlanda do Norte e Balcãs e nas missões de paz no norte do Iraque, no Timor-Leste e no Afeganistão. Além destas, também ocorreu o envolvimento na Guerra do Kosovo com a OTAN e na operação *Desert Fox* com os Estados Unidos. Dentro das análises de defesa, situava-se a maior quantidade de riscos internacionais que permeavam o pós-Guerra Fria. Tais elementos sugerem a responsividade em nível muito alto, girando em torno de 85%, uma vez que as forças sustentavam operações fora de área que foram ganhando mais regularidade e intensidade conforme o decorrer do tempo.

Na qualidade, os desenvolvimentos do período eram enfatizados pelas políticas voltadas para capacidades, enfatizando forças menores, porém melhor equipadas. Ocorreram quedas no tamanho das forças provenientes da reestruturação contida nas políticas de defesa, reduções que abrangiam tanto o pessoal quanto o material. A força terrestre foi a mais atingida por tais reduções. Os gastos com defesa seguiam apresentando quedas expressivas para todo o período. Dentro das dinâmicas que ocorriam por meio das alterações nas estruturas de força, as Forças Armadas eram direcionadas para contarem com maior mobilidade visando o emprego expedicionário. As aquisições feitas pelo governo também

refletiram esse caráter, conforme representado pelos novos caças Typhoon, pelos mísseis Tomahawk, os cargueiros C-17 e as preocupações com porta-aviões e navios anfíbios. A qualidade do pós-Guerra Fria, pode ser mensurada no nível moderado, em torno de 50%, marcada por decisões em defesa que procuravam conciliar custos, sem reduzir as capacidades

No atributo de proficiência, no nível das missões o treinamento a partir da participação em operações amplia a preparação das forças. Mediante as operações ativas, as habilidades expedicionárias ganharam novos impulsos para o seu aprimoramento, buscando-se adquirir as competências necessárias. Como as prioridades da defesa mudaram no período, isso foi refletido na doutrina. Nesse período são lançadas as doutrinas do Exército, Marinha e Força Aérea. Especialmente nos conceitos doutrinários, estava presente no pensamento militar britânico a abordagem de manobra. As habilidades convencionais ganharam nova importância, como mecanismo de explorar melhor os níveis militares estratégico e operacional. Em termos operacionais, pode-se apontar que as características centrais se voltavam para as habilidades de prontidão e os desdobramentos das missões expedicionárias. A proficiência pode ser medida ao redor de 60%, nível moderado, em que novos ímpetus de desenvolvimento são iniciados, incentivando a prontidão das forças, o treinamento e o comando por meio de novos rumos como diplomacia de defesa, suporte a operações humanitárias e resoluções de conflitos regionais.

O quadro 5 sintetiza os elementos que compõem essas variáveis e a figura 2 representa visualmente esses atributos, comparando-o com o nível que seria o máximo de desenvolvimento.

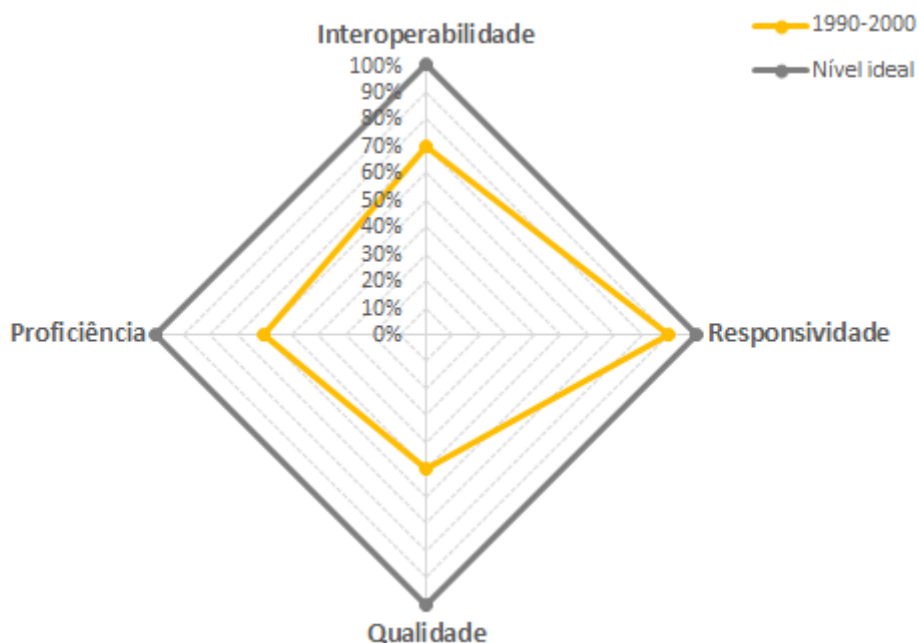
Quadro 5 - Atributos militares britânicos no pós-Guerra Fria

Atributos e Score	Descrição dos elementos
Interoperabilidade (Alta)	Joint Rapid Reaction Forces (JRRFs), Força Conjunta em 2000; Interoperabilidade como forma de redução de custos; Joint Services and Command Staff College (JSCSC); Permanent Joint Headquarters (PJHQ); Advanced Command and Staff Course (ACSC); Joint Helicopter Command (JHC)
Responsividade (Muito Alta)	Primeira Guerra do Golfo (1990); “Dividendo de Paz”; Operações de baixa intensidade na Serra Leoa e Irlanda do Norte; operações humanitárias e de estabilização nos Bálcãs, Timor Leste e Afeganistão;

	percepções de um conjunto mais difuso de riscos em escala global; forças expedicionárias
Qualidade (Moderada)	Reduções nas Forças Armadas britânicas; Exército em nível de brigada e regimento; gastos com defesa apresentam queda em todo o período; necessidade de porta-aviões; mísseis Tomahawk para lançamento de submarinos; caça Typhoon
Proficiência (Moderada)	Treinamento adquirido na participação em operações militares melhoraram preparação das forças; abordagem de manobra; capacidades convencionais ressaltadas nos três serviços; Doutrina do Exército (1994); Doutrina na Marinha (1995); Doutrina da Força Aérea (1993)

Fonte: Elaboração própria. Baseado nas informações anteriores.

Figura 2 - Parâmetros de capacidades militares no Reino Unido no pós-Guerra Fria



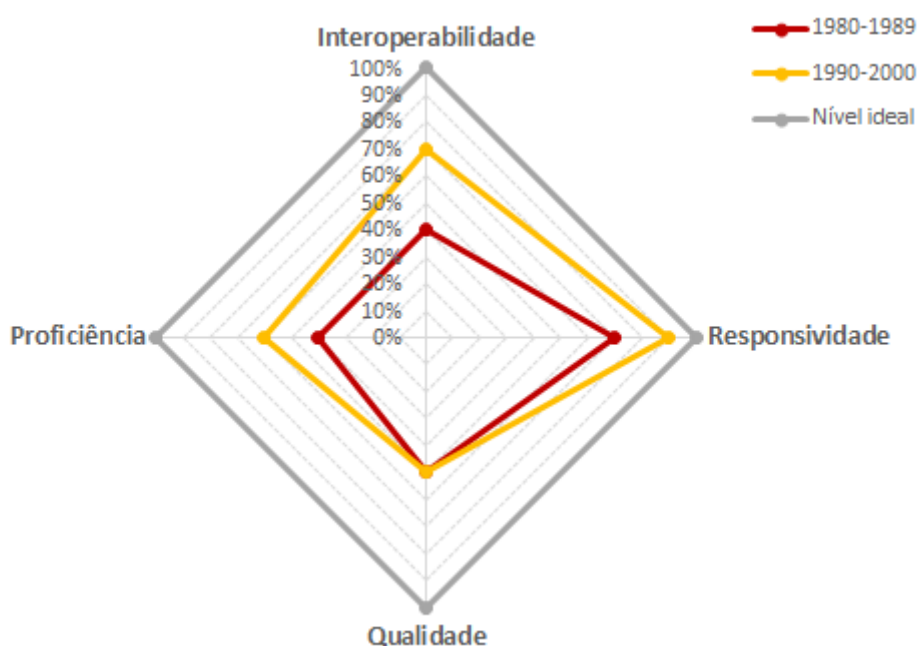
Fonte: Elaboração própria. Baseado nas informações anteriores.

4.3 PERFORMANCE DAS CAPACIDADES MILITARES BRITÂNICAS

Conforme apontado anteriormente, de acordo com a análise qualitativa, os scores atribuídos para o período do final da Guerra Fria foram a interoperabilidade em 40%, a responsividade em 70%, a qualidade em 50% e a proficiência em 40%. Já no pós-Guerra Fria a interoperabilidade apresentou score de 70%, responsividade de 90%, qualidade de 50% e proficiência de 60%. Isso indica que a interoperabilidade passou do nível moderado para o nível alto, a responsividade se eleva de alta para muito alta, a qualidade se mantém moderada e a proficiência ainda que apresente crescimento no período, se mantém em nível moderado.

De forma geral, pode-se inferir que a transformação militar no país ocorreu sendo ajustada aos fatores internacionais e a adequação orçamentária. A capacidade militar britânica se aprimora no período de análise. Isso se deve em grande parte aos atributos altos em responsividade e interoperabilidade. Acabou resultando em organizações militares que capitalizaram nos mesmos elementos de capacidade militar, mas com intensidades diferentes. A figura 3 representa visualmente os diferentes scores aplicados para o Reino Unido nos dois períodos de análise. Já o quadro 6 esquematiza os níveis de cada um dos requisitos das capacidades militares.

Figura 3 - Parâmetros de capacidades militares no Reino Unido



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 - Níveis de capacidade militar

Atributo	1980-1989	1990-2000
Interoperabilidade	Baixo	Alta
Responsividade	Alto	Muito Alto
Qualidade	Moderado	Moderado
Proficiência	Moderado	Moderado

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, as transformações em defesa mudaram o estado da capacidade militar britânica que melhora seus requisitos após o final da Guerra Fria. Essa evolução foi sentida não somente pelas políticas e ações tomadas para o desenvolvimento das forças, mas em grande parte ao enfrentamento de um cenário de constantes alterações geopolíticas. Três dos quatro atributos militares contaram com aumento do seu score e dois deles apresentaram melhoria também no seu nível de intensidade. Relativo aos aumentos observados, tem-se aumento na interoperabilidade em 30%, na responsividade em 20% e na proficiência em 20%. A qualidade se manteve sem alterações. Os resultados também refletem as lacunas do período dentro da estrutura de defesa britânica e os possíveis pontos de desenvolvimento que poderiam ser trabalhados, principalmente nos atributos mais baixos como a qualidade e proficiência. No todo, os resultados podem ser considerados positivos para as Forças Armadas britânicas que se desenvolveram durante o período considerado.

4.4 AS IMPLICAÇÕES NA DISSUASÃO CONVENCIONAL

Durante a Guerra Fria, a dissuasão militar baseava-se essencialmente na ótica nuclear estratégica. Nesse período, ainda que a dissuasão convencional estivesse presente, encontrava-se subordinada aos imperativos nucleares. Portanto, a estratégia de defesa e segurança nacional do Reino Unido e os parceiros da OTAN, concentrou-se na estrutura de dissuasão fornecida pelas armas nucleares. No entanto, nos anos 1990, na mudança do ambiente de segurança internacional, a dissuasão convencional não poderia continuar se mantendo subordinada ou mesmo somente atrelada à dissuasão nuclear. Na medida em que o

cenário vivido durante a Guerra Fria se dissipou, também aumentaram as evidências quanto às abordagens de dissuasão, as quais deveriam ser reavaliadas. Em um novo cenário de segurança, em que passou a predominar a multipolaridade, os atores estatais e a influência regional não se restringem mais às superpotências. A dissolução do ambiente bipolar também diminuiu a probabilidade de ameaça do uso da força nuclear. Nesse sentido, ganhou força o convencional, permitindo explorar a dissuasão de forma mais completa (LICHTENSTEIN, 2002).

Assim, no decorrer do tempo, conceitos, léxico e prática da dissuasão se desenvolveram conforme os conceitos teóricos de dissuasão evoluíram e se adequaram aos contextos e condições militares (LICHTENSTEIN, 2002). Se com o fim da Guerra Fria, os olhos da defesa se voltaram para a dissuasão militar por meio das forças convencionais em detrimento das forças nucleares, no Reino Unido isso não se refletiu de imediato. No MoD por algum tempo ainda nos altos níveis militares se acreditava que os desenvolvimentos em dissuasão convencional provocariam dependência da capacidade convencional, processo que prejudicaria a dissuasão nuclear, bem como enfraqueceria as políticas nucleares (CODNER, 2009).

A dissuasão britânica não se desvincula daquela empregada pela OTAN. Na OTAN, a mudança na estratégia de dissuasão e contenção somente transformou-se em 1991, passando a abarcar a partir de então uma estratégia voltada para a estabilidade e gestão de crises. Vale constar que nas circunstâncias da organização, por muito tempo se dispôs da justificativa militar de dissuadir e, se fosse necessário, se defender de algum ataque soviético. Enfrentando um cenário de alterações geopolíticas, surgiram os desafios para a organização sem uma ameaça clara que tomasse as preocupações políticas e de defesa. Era preciso uma nova justificativa para sua permanência, além de ser necessário a concepção de uma nova estrutura de força visando lidar com o ambiente incerto da ordem mundial após o fim da União Soviética. Foi nesse ínterim que estabeleceram as forças de reação rápidas para enfrentar a variedade de outras contingências que pudessem surgir (MÄDER, 2004).

Geralmente, mensurar a dissuasão nos trabalhos doutrinários e em outras análises de defesa envolve os domínios físico e cognitivo. No domínio físico, se tem a ameaça do uso da força, negando ou destruindo a capacidade militar do oponente. Já no domínio cognitivo envolve as percepções, coagindo e influenciando as decisões do adversário. Evidentemente, os efeitos no domínio cognitivo são pouco previsíveis quando comparados com o uso da força, pois não requerem somente evidências sobre a capacidade militar do lado oposto, mas também indicativos de intenção e reputação. O domínio cognitivo, assim, é mais complexo

pois envolve grande número de variáveis: depender da compreensão deste é um risco alto e as soluções não podem ser projetadas (CODNER, 2009). Vale destacar que consideramos a dissuasão, conforme já apregoado, como um efeito produzido pela possibilidade da ação militar.

Dentro das políticas britânicas envolvendo a dissuasão, no pós-Guerra foi reconhecido o papel dos meios convencionais, em que: “para dissuadir, e onde a dissuasão falhar, devemos manter forças que podem ser bem-sucedidas no combate convencional” (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998a, p. 16). Quanto à dissuasão nuclear, foi manifestado que: “as melhorias no cenário estratégico reduziram claramente a capacidade de dissuasão nuclear de que precisamos para sustentar nossa segurança” (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998b, p. 5). Contudo, cabe mencionar que “grande número de armas nucleares estratégicas e de menor alcance e capacidades militares convencionais substanciais permanecem como uma ameaça potencial potente à segurança da Grã-Bretanha e de nossos Aliados, caso as circunstâncias atuais mudem para pior” (MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM, 1998b, p. 4).

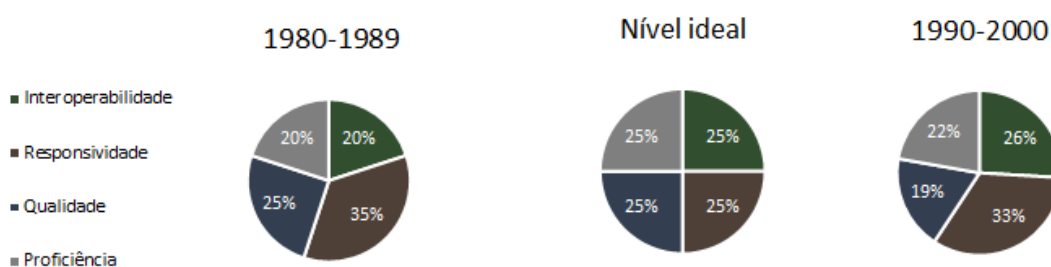
4.5 DISSUASÃO BRITÂNICA NO PÓS-GUERRA FRIA

Seguindo os conceitos propostos por Mearsheimer (1981), é possível analisar a efetividade da dissuasão convencional diante das capacidades operacionais críveis de um país. Dentro dessa capacidade militar crível, coloca-se os quatro atributos militares propostos por Brooks & Stanley (2007) que permitem a credibilidade da postura estratégica do país que gere efeito dissuasório. Possuindo os atributos militares altos, isso favorece outro país ao entendimento de que não é possível obter uma vitória rápida. Com altos níveis de interoperabilidade, responsividade, qualidade e proficiência seria difícil que um agressor obtivesse no curto prazo vitórias rápidas. A probabilidade da vitória ocorrer seria apenas no longo prazo, sob uma estratégia de atrito.

Vale ressaltar que em cada uma das aplicações do modelo na seção anterior, foi apresentado um “nível ideal” o qual serviria como ponto de referência da intensidade máxima do nível que os atributos militares de um país podem chegar. Em termos reais, seria difícil considerar o país que possa atingir atributos tão elevados, mas esses índices servem como parâmetros do desenvolvimento máximo ao qual se poderia alcançar. No Reino Unido, ainda que os atributos de interoperabilidade e responsividade sejam altos, como está se considerando as capacidades militares como um todo, os outros dois requisitos - qualidade e

proficiência - puxam o nível geral para baixo. A figura 4 faz uma ilustração de como estavam distribuídos os atributos militares britânicos no período considerando a capacidade militar como um todo, isto é, a representatividade de cada atributo dentro dessa variável dependente na escala de 100%. A partir dela, é possível perceber que em nenhum dos períodos analisados a estrutura britânica detinha equilíbrio entre os seus atributos. Cada atributo militar possuía uma intensidade diferente e, conseqüentemente, uma preponderância maior dentro da capacidade militar.

Figura 4 - Representatividade dos atributos de capacidade militar britânica



Fonte: Elaboração própria.

No caso britânico, os níveis desenvolvidos dos seus atributos militares no pós-Guerra Fria tornaram maior sua capacidade militar crível, quando comparado com o período da Guerra Fria. Ainda que essa postura tenha aumentado, ao fazer um balanço dos índices que representam cada um dos requisitos no total, teríamos apenas um efeito dissuasório moderado. A grosso modo, em caso de ataque o Reino Unido responderia rapidamente e teria boas habilidades na interação e comando entre as forças, mas lhe faltaria habilidades nos recursos e desempenho de combate. Nesse aspecto, pode-se ressaltar que o Reino Unido a partir de então, considerando o marco temporal, possuiria variáveis definidas onde poderia concentrar seus esforços, visto que há margens para melhor desenvolvimento dentro dos quatro atributos militares. Desenvolvê-los seria chegar cada vez mais perto cada de uma capacidade operacional de maior credibilidade.

5 CONCLUSÃO

Durante a Guerra Fria, a ameaça de escalada para o uso das forças nucleares deu as tônicas da dissuasão militar do período. Com as alterações geopolíticas do final da Guerra Fria, a dissuasão convencional passou a ganhar o enredo principal da história. Dentro do modelo analítico empregado, o quadro final 7 sintetiza os resultados de aplicação da abordagem. Nesse período, a capacidade militar britânica se aprimorou, devido principalmente aos atributos altos em capacidade de resposta e interoperabilidade.

Quadro 7 - Síntese das capacidades militares britânicas (1980-2000)

Atributo	1980-1989		1990-2000	
	Nível	Score	Nível	Score
Interoperabilidade	Baixo	40%	Alto	70%
Responsividade	Alto	70%	Muito Alto	90%
Qualidade	Moderado	50%	Moderado	50%
Proficiência	Moderado	40%	Moderado	60%

Fonte: Elaboração própria

Portanto, o desenvolvimento da pesquisa corrobora a hipótese inicial apresentada, de que as transformações em defesa ocorridas no período catalisariam grande parte dos atributos de capacidade militar do país, alterando seu alcance. Os resultados demonstraram que a defesa britânica amadureceu seus atributos militares, mas apresentando níveis de intensidades diferentes em cada um deles. Com isso, não apresentou uma capacidade militar equilibrada, mas capitalizou em alguns atributos mais fortemente do que em outros. A interoperabilidade aumentou em 30%, a responsividade e a proficiência em 20% cada. A qualidade se manteve constante. Apesar da análise apontar lacunas na capacidade militar, ela também reflete resultados que podem ser apreciados positivamente para a defesa britânica que se desenvolveu no período pós-Guerra Fria quando comparado com a vigência da Guerra Fria.

No âmbito da dissuasão, o amadurecimento das capacidades militares britânicas para o período favoreceu uma melhora na sua postura crível para efeito dissuasório. No entanto, considerando os níveis e scores da capacidade militar, tal efeito dissuasório se constituiria como moderado, pois mesmo que os requisitos de interoperabilidade e responsividade

apresentem nível elevado, a qualidade e proficiência acabam decaindo o nível total para baixo por apresentarem scores menores. Diante desse quadro, teríamos a apresentação de requisitos militares que poderiam ser mais bem trabalhados pela defesa do país, visando seu aprimoramento.

Desde a perspectiva desse trabalho, hoje é possível saber que no futuro da dissuasão convencional britânica, outras ameaças surgiram. No período posterior a 2000, é possível considerar a potencial ameaça russa e suas capacidades avançadas, além de outros adversários em potencial. Nesse sentido, linhas de pesquisa futuras podem abarcar a extensão do marco temporal de análise para abranger discussões mais recentes. Especialmente após os ataques de 11 de setembro, o ambiente de segurança internacional mudou e novos elementos geopolíticos entraram na variável de responsividade, tornando relevantes os estudos das mudanças em defesa. Outra linha de desenvolvimento seria expandir a aplicação para outros países, buscando entender como se comporta suas capacidades militares frente ao mesmo panorama internacional. Dessa perspectiva, utilizar da comparação dos requisitos militares entre nações diferentes poderia gerar um diagnóstico importante da dissuasão em mais de uma perspectiva.

Ainda que a dissuasão dependa das capacidades militares convencionais, o futuro da dissuasão convencional é difícil de prever. Para além de envolver as Forças Armadas de um país, o conceito envolve os tipos de riscos e ameaças, além de abranger as características do ambiente de segurança internacional que afetam as capacidades dissuasórias. Em essência, os debates acerca da dissuasão convencional são tópicos pouco explorados, que ainda são passíveis de serem mais analisados e comentados. Ao fim, a inteligência sobre os requisitos-chave para capacidades militares mais efetivas pode ser altamente valorizada.

REFERÊNCIAS

- BAYLIS, John. **British Defence Policy**: striking the right balance. New York: Palgrave Macmillan, 1989.
- BERMAN, Gavin. **Defence Statistics 2000 Research Paper 00/99**. London: House of Commons Library, 2000.
- BERMAN, Gavin. **Defence Statistics July 2002 Research Paper 02/48**. London: House of Commons Library, 2002.
- BIDDLE, Stephen. **Military Power**: explaining victory and defeat in modern battle. Princeton, N.J.; Oxford: Princeton University Press, 2006.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.
- BRODIE, Bernard. The Anatomy of Deterrence. **World Politics**, n. 11, v. 2, 1959, p. 173-191.
- BROOKS, Risa; STANLEY, Elizabeth A. **Creating Military Power**: The Sources of Military Effectiveness. Stanford: Stanford University Press, 2007.
- CODNER, Michael. British Maritime Doctrine and National Military Strategy. In: **Brassey's Defence Yearbook 1996**. London: Brassey's, 1996.
- CODNER, Michael. Defining "Deterrence". Deterrence in the Twenty-first Century, 18-19 maio, 2009. London: RUSI, 2009. Disponível em: <https://media.defense.gov/2017/Apr/05/2001727306/-1/-1/0/B_0118_DETERRENCE_TWENTYFIRST_CENTURY.PDF>. Acesso em: 26 mar. 2021.
- COMMAND OF THE DEFENCE COUNCIL. **The Fundamentals of British Maritime Doctrine** (BR 1806). London: HMSO, 1995.
- CROFT, Stuart *et al.* **Britain and Defence 1945-2000: A Policy Re-evaluation**. London: Routledge, 2001.
- DADDOW, Oliver J. British Military Doctrine in the 1980s and 1990s. **Defence Studies**, v. 3, n. 3, 2003, p. 103-113.
- DIRECTION OF THE CHIEF OF THE GENERAL STAFF. **Design for Military Operations – The British Military Doctrine** (Army Code 71451). London: HMSO, 1989.
- DODD, Tom. **Frontline First**: The Defence Costs Study Research Paper 94/101. London: House of Commons Library, 1994.
- DODD, Tom; OAKES, Mark. **The Strategic Defence Review White Paper**. London: House of Commons Library, 1998.

DORMAN, Andrew. British Defence Policy in the Post-Cold War Era: History Comes Full Circle? In: **The Changing Face of Military Power: Joint Warfare in an Expeditionary Era**. New York: Palgrave, 2002.

DORMAN, Andrew. **Transforming to Effects-Based Operations: Lessons from the United Kingdom Experience**. U.S. Army War College: Strategic Studies Institute, 2008.

EDMONDS, Martin. United Kingdom National Security and Defence Dependence: The Technological Dimension. **Government and Opposition**, v. 26, n. 4, 1991, p. 427–448.

EDMONDS, Martin. Defence Management and the Impact of “Jointery”. In: **The Changing Face of Military Power: Joint Warfare in an Expeditionary Era**. New York: Palgrave, 2002.

FARRELL, Theo; BIRD, Tim. Innovating within Cost and Cultural Constraints: The British Approach to Military Transformation. In: **A Transformation Gap? American Innovations and European Military Change**. Stanford Security Studies. California: Stanford University Press, 2010.

FARRELL, Theo; RYNNING, Sten; TERRIFF, Terry. **Transforming military power since the Cold War: Britain, France, and the United States, 1991-2012**. New York: Cambridge University Press, 2013.

FEAVER, Peter. Civil–Military Relations and Policy: A Sampling of a New Wave of Scholarship. **Journal of Strategic Studies**, v. 40, n. 1–2, 2017, p. 325–342.

FREEDMAN, Lawrence. **The Politics of British Defence, 1979-98**. New York: Palgrave Macmillan, 1999.

GALLOIS, Pierre. **Stratégie del’âge nucléaire**. Paris: Calmann-Levy, 1960.

GRAUER, Ryan. **Commanding Military Power: Organizing for Victory and Defeat on the Battlefield**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2016.

GRIFFIN, Stuart. **Joint Operations: a short history**. Upavon: [s.n.], 2005.

GROVE, Eric. **The Army and British Security after the Cold War: Defence Planning for a New Era**. Camberley: Strategic and Combat Studies Institute, 1996.

GUERTNER, Gary L. Deterrence and Conventional Military Forces. **Small Wars & Insurgencies**, v. 11, n. 2, 2000, p. 60-71.

HARKNETT, Richard J. The Logic of Conventional Deterrence and the End of the Cold War, **Security Studies**, v. 4, n. 1, 1994, p. 86-114.

HARVEY, John. **Conventional Deterrence and National Security**. Fairbairn: Commonwealth of Australia, 1997.

HARTLEY, Keith. The cold war, great-power traditions and military posture: Determinants of British defence expenditure after 1945. **Defence and Peace Economics**, v. 8, n.1, 1997, 17-35.

HINES, Lindsey *et al.* Are the Armed Forces Understood and Supported by the Public? A View from the United Kingdom. **Armed Forces & Society** v. 41, 2014, p. 1-26.

HOUSE OF COMMONS COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS. **Management of the Typhoon Project**. London: The Stationery Office Limited, 2011.

HOUSE OF COMMONS DEFENCE COMMITTEE. **Deterrence in the twenty-first century**. London: The Stationery Office Limited, 2014.

HUNTINGTON, Samuel. **The Soldier and the State**. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

JENSEN, Benjamin M. **Forging the Sword: Doctrinal Change in the U.S. Army**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

JOHNSON, David E. *et al.* **Preparing and Training for the Full Spectrum of Military Challenges: Insights from the Experiences of China, France, the United Kingdom, India, and Israel**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2009.

KUGLER, Richard. Dissuasion as a Strategic Concept. **Strategic Forum**, n.196, dez. 2002, p. 2-8.

LIBEL, Tamir. The Advanced Command and Staff Course (ACSC) – The First Ten Years. **Buletinul Universităţii Naţionale de Apărare “Carol I”**, v. 2, 2010, p. 45–56.

LICHTENSTEIN, Wendy L. **Conventional Military Deterrence: Its Rise to Dominance and its Future**. Carlisle: U.S. Army War College, 2002.

MÄDER, Markus. **In Pursuit of Conceptual Excellence: The Evolution of British Military-Strategic Doctrine in the Post-Cold War Era, 1989-2002**. Brussels: Peter Lang, 2004.

MCINNES, Colin. Naval Capabilities: The Launch of the British Maritime Doctrine, **RUSI Journal**, V. 144, No. 4, 1999, p. 65–71.

MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **Front Line First: The Defence Costs Study**. London: Her Majesty’s Stationery Office, 1994.

MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **The Strategic Defence Review**, Cmnd. 3999. London: Her Majesty’s Stationery Office, 1998a.

MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **The Strategic Defence Review: supporting essays**. London: Her Majesty’s Stationery Office, 1998b.

MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **UK Defence Statistics 2001**. London: Her Majesty's Stationery Office, 2001.

MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **Development, Concepts and Doctrine Centre**. Shrivenham: Development Concepts and Doctrine Centre, 2016.

MINISTRY OF DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **Deterrence: the Defence Contribution**. Shrivenham: Development Concepts and Doctrine Centre, 2019.

MEARSHEIMER, John. **The Theory and Practice of Conventional Deterrence**. Cornell University, Ithaca, 1981.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Almedina, 2010.

MORGAN, Patrick M. **Deterrence Now**. New York: Cambridge University Press, 2003.

PATMAN, Robert G. Introduction: Security in a Post-Cold War Context. In: **Security in a Post-Cold War World**. Londres: Palgrave Macmillan, 1999.

SCHELLING, Thomas C.. **The Strategy of Conflict**. Oxford: Oxford University Press, 1960.

SCHELLING, Thomas C.. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 2008.

SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **The United Kingdom Defence Programme: The Way Forward**. London: Her Majesty's Stationery Office, 1981.

SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE OF THE UNITED KINGDOM. **The Falklands Campaign: The Lessons**. London: Command of Her Majesty, 1982.

SMITH, Mike; UTTLEY, Matthew. Military Power in a Multipolar World. In: **The Changing Face of Military Power: Joint Warfare in an Expeditionary Era**. New York: Palgrave, 2002.

SNYDER, Glenn H. **Deterrence and Defense: Toward a Theory of National Security**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1961.

STEARNS-BOLES, Sherry L. **The Future Role and Need for Nuclear Weapons in the 21st Century**. Colorado: Institute for National Security Studies, 2007.

STONE, John. Conventional Deterrence and the Challenge of Credibility. **Contemporary Security Policy**, v. 33, n. 1, 2012, p. 108–123.

PAUL, T. V.; MORGAN, Patrick; WIRTZ, James. **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

PESSOA, Tamiris Santos. **A Formação de Oficiais e as Operações Conjuntas: Comparações com o Caso Britânico e os Desafios Brasileiros de Gestão em Defesa**. Tese (Doutorado). UFRGS, Porto Alegre, 2017.

TAYLOR, Claire. **A Brief Guide to Previous British Defence Reviews**. House of Commons Library, 2010.

TAYLOR, Trevor; CURTIS, Andrew. Management of Defence After the Levene Reforms: What Comes Next? **Rusi Occasional Paper**, Set. 2020.

UNITED STATES. **Dictionary of Military and Associated Terms**. Virginia: Department of Defense, 2016.

WIRTZ, James J. How Does Nuclear Deterrence Differ from Conventional Deterrence? **Strategic Studies Quarterly**, Winter 2018, p. 58-75.